

Universidade Federal de Pernambuco  
Centro Acadêmico do Agreste  
Núcleo de Formação Docente  
Curso de Licenciatura em Pedagogia

Weyde Daiane de Oliveira

Políticas públicas para a educação infantil: o processo de implementação  
do Proinfância no município de Caruaru

Caruaru – PE

2016

Universidade Federal de Pernambuco  
Centro Acadêmico do Agreste  
Núcleo de Formação Docente  
Curso de Licenciatura em Pedagogia

Weyde Daiane de Oliveira

Políticas públicas para a educação infantil: o processo de implementação  
do Proinfância no município de Caruaru

Monografia apresentada ao curso  
de Licenciatura em Pedagogia da  
Universidade Federal de  
Pernambuco (CAA), para a  
obtenção do título de Licenciado  
em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre  
Viana Araújo.

Caruaru – PE

2016

Catálogo na fonte:  
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

O48p

Oliveira, Weyde Daiane de.

Políticas públicas para a educação infantil: o processo de implementação do Proinfância no município de Caruaru. / Weyde Daiane de Oliveira. - 2016. 69f. ; 30 cm.

Orientador: Alexandre Viana de Araújo  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Pedagogia, 2016.  
Inclui referências bibliográficas

1. Políticas públicas. 2. Educação de crianças. 3. Programa Nacional e Reestruturação e aquisição de Equipamentos para a Rede escolar Pública de Educação Infantil. I. Araújo, Alexandre Viana de. III. Título.

370 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2016-053)

Weyde Daiane de Oliveira

Políticas públicas para a educação infantil: o processo de implementação  
do Proinfância no município de Caruaru

Monografia apresentada ao curso  
de Licenciatura em Pedagogia da  
Universidade Federal de  
Pernambuco (CAA), para a  
obtenção do título de Licenciado  
em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre  
Viana Araújo.

Aprovado em: 26 de Janeiro de 2016

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alexandre V. de Araújo      Instituição: UFPE/CAA

Julgamento: \_\_\_\_\_      Assinatura \_\_\_\_\_

Prof<sup>ª</sup>. Dra<sup>a</sup>. Ana Lúcia Felix      Instituição:

Julgamento: \_\_\_\_\_      Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Ms. Vinicius Viana de A. Silva      Instituição:

Julgamento: \_\_\_\_\_      Assinatura: \_\_\_\_\_

Caruaru – PE

2016

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho a Rosilene Maria de Oliveira e a Zacarias Gomes de Oliveira, meus pais, pessoas que sempre me apoiaram, incentivaram e orientaram, fazendo com que eu me tornasse a pessoa que hoje sou.

## **Agradecimentos**

Agradeço em primeiro lugar a Deus por me proporcionar o dom da vida. E agradeço em especial a minha mãe Rosilene e a meu pai Zacarias, por serem meus pais, pessoas que sempre buscam me proporcionar o melhor, é que nutrem em mim esperanças e sonhos de um futuro melhor. A minha família por me aturarem em dias difíceis, e por fazerem parte da minha vida, em especial a meus avós que me acolheram e cuidam de mim com todo amor e carinho.

Gostaria de agradecer a minhas tias Rosenice, Rosenilda, Roseane e Rosangela que são pessoas maravilhosas e sempre vibram com minhas conquistas, e estão sempre comigo. A meu tio Elias por me incentivar na vida acadêmica, e por acreditar que a UFPE era a melhor escolha pra minha vida profissional. Agradeço também a meus tios posições por me terem como sobrinha, e sempre me desejarem o melhor. E aos pequenos que sempre alegam minha vida Maria Clara, Maria Laura e Hebert Matheus. E a todos os meus familiares, que mesmo não participando do meu convívio diário torcem por minhas conquistas.

Quero também agradecer a todos os meus professores do curso de pedagogia que de algum modo contribuíram para a minha formação tanto pessoal, como profissional. Em especial a Alexandre Viana por me orientar tão pacientemente, por suas cobranças e dedicação com relação à construção deste trabalho, onde pude descobrir além de um professor, e orientador, um amigo. A minha turma pedagogia 2011.1, onde pude conhecer pessoas maravilhosas e especiais que pretendo leva para o resto da vida.

Agradeço também a Jessica Silvana primeira pessoa que conheci na universidade, e que se tornou uma grande amiga e parceira de trabalhos e estágios, que nos proporcionaram grandes aprendizados, laço esse que se estende além da vida acadêmica. A Jucélia Souza pessoa que pude me aproximar e conhecer sua simplicidade e dedicação para com as coisas que se propõe a fazer, e que nos últimos tempos tem sido uma grande amiga, confidente, defensora, pessoa que gosto muito.

E por fim, e não menos importante agradeço a Mirella que com suas loucuras e aventuras divertia minhas noites, pessoa que aprendi a admirar. A Robson pessoa que

sempre nutriu por mim muito carinho. A Juninho, que tive oportunidade de conhecer durante minha trajetória na universidade, pessoa que faz parte da minha vida para além dos meios acadêmicos. Como também a Everson e Gabriela por serem pessoas tão queridas. As amiguinhas Sandra e Ieda por cederem sua casa para nossos grupos de estudos, e por todos os momentos divertidos que dividimos. E a todos os amigos e amigas que aqui não citei, mais por quem nutro imenso carinho, pessoas que pude conhecer durante esses cinco anos e que se tornaram indispensáveis a minha vida.

## Resumo

O presente estudo buscou compreender as principais dificuldades enfrentadas pela gestão municipal para a implementação do Proinfância no município de Caruaru. Tratando assim de maneira específica: os principais desafios enfrentados pela gestão municipal para essa implementação do programa; identificando seus aspectos positivos e negativos; como também verificando as estratégias utilizadas por tal gestão para a implementação do mesmo. Para corresponder aos objetivos propostos, fizemos uso de uma pesquisa qualitativa, que permitiu uma aproximação com os administradores, onde foi possível selecionar os sujeitos que seriam entrevistados posteriormente. E para fundamentar este estudo fizemos uso das contribuições de autores como: Kramer (1999 e 2011), Oliveira (2007), Hofling (2001), Oliveira e Duarte (2011), Hochman, Arretche e Marques (2007), entre outros que foram utilizados neste trabalho. É notável diante das questões aqui abordadas que a implementação do Proinfância possui alguns entraves, como as questões dos projetos, e as questões financeiras referentes à manutenção posterior destes espaços, mais também é perceptível que o mesmo tem conseguindo avançar em alguns aspectos, como a ampliação desses espaços, de atendimento infantil, ou seja, vem se efetivando enquanto uma política pública de educação infantil que está em expansão.

**Palavras-chave:** Política Pública. Educação Infantil. Política Pública para Educação Infantil. Proinfância

## **ABSTRACT**

This study sought to understand the main difficulties faced by the municipal administration for the implementation of Proinfância in the city of Caruaru. Thus endeavoring to specific way: the main challenges faced by the municipal administration for its implementation of the program; identifying their strengths and weaknesses; as well as the strategies used for checking that management for implementation. To meet the proposed objectives, we used a qualitative research, which allowed an approximation with management, it was possible to select the subjects would be interviewed later. And to support this study we used the contributions of authors such as: Kramer (1999 and 2011), Oliveira (2007), Hofling (2001), Oliveira and Duarte (2011), Hochman, Arretche and Marques (2007), among others who were used in this study. It is remarkable given the issues addressed here that the implementation of Proinfância has some obstacles, such as the issues of projects, and financial issues related to the subsequent maintenance of these spaces, more is also noticeable that it has managed to move forward in some respects, such as the expansion these spaces, child care, that is, has been making effective as a public policy on early childhood education that is expanding.

**Keywords:** Public Policy. Childhood education. Public Policy for Early Childhood Education. Proinfância

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>15</b>
<b>2.REFLETINDO SOBRE INFÂNCIA, CRIANÇA E EDUCAÇÃO INFANTIL..</b>	<b>18</b>
2.1A infância e educação infantil.....	20
2.2Primeiras aproximações entre a Educação Infantil e as Políticas Públicas.....	23
<b>3. PROINFÂNCIA ENQUANTO UMA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL.....</b>	<b>26</b>
3.1A Política Pública e a Educação Infantil.....	32
3.2 Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância.....	36
<b>4.ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>	<b>42</b>
4.1 Dominialidade dos Terrenos como uma das dificuldades para o processo de implementação.....	42
4.2 – Ausência de Terrenos adequados para a construção das creches uma das dificuldades para o processo de implementação.....	44
4.3 – O Projeto Padrão do Proinfância como uma das dificuldades para o processo de implementação.....	45
4.4 – Os Projetos padronizados dificultam a implementação do Proinfância nos municípios.....	47
4.5 – Participação do Programa como uma estratégia de captação de recursos financeiros.....	48
4.6 - Participação do Programa como uma forma de resolver a demanda reprimida...50	
4.7 – O Proinfância enquanto uma possibilidade de ampliação de vagas por parte do município.....	53
4.8 – O Proinfância como um programa voltado para Educação Infantil com abrangência nacional.....	54
4.9 – O Proinfância apresenta limitações em relação à manutenção das creches.....	55
4.10 – O Proinfância apresenta limitações no processo de análise dos projetos apresentados pelo municípios .....	57
4.11 – As articulações com outras instituições como forma de resolver os problemas de implementação do Proinfância.....	58

4.12 – Contratação de pessoas especializadas como forma de resolver os problemas de implementação do Proinfância.....	59
4.13 – O Proinfância como um programa que contribui financeiramente para a educação infantil do município.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66

## INTRODUÇÃO

Pensar a educação infantil e seu delineamento histórico nos coloca diante dos avanços que ocorreram com relação às políticas públicas e que continuam sendo ampliados com o passar dos anos. Pois quando direcionamos nosso olhar para compreender como a criança era tratada em sociedade, onde viviam a margem da mesma, como se não fossem parte dela, e que não precisariam ser notadas e cuidadas. A expectativa de vida por volta dos séculos XV e XVI na época também era um entrave para que elas pudessem ter mais atenção por parte da sociedade, pois o índice de mortalidade era muito grande o que fazia com que houvesse um distanciamento afetivo principalmente com relação aos pais e familiares dessas crianças. Então percebesse que esse foi um período marcado pela ausência de apegos afetivos e sem muita preocupação com a criança.

Mais quando conseguiam passar da fase mais infantil e chegavam a seu primeiro ano de vida, logo eram inseridas no mundo adulto fazendo uso de roupas e participando de momentos em sociedade como se fossem adultos em miniaturas, onde a criança passaria a imitar o comportamento dos adultos, isso com relação as crianças que eram de classe média ou alta, os filhos de trabalhadores ficavam ainda mais vulneráveis a esses índices de mortalidade e quando chegavam à época da escolarização eram treinados apenas para aprender um ofício, sem que houvesse um cuidado com sua condição infantil.

Ocorreram avanços, quando a sociedade passou a sentir necessidade de espaços que cuidassem e educassem a criança, assim esse processo de cuidar e educar foi se estruturando, passando a levar não apenas a criança em consideração, mais também o sentimento de infância. Percebe-se que a sociedade e o próprio Estado passaram a considerar a criança, e sua fase infantil, enquanto seres que necessitam de um olhar diferenciado e que precisam ser cuidadas e educadas. Passando a realizar ações que buscavam prestar esse serviço à criança, como o surgimento de espaços que prestavam assistência as mesmas, pois até então essa responsabilidade era apenas da família, considerando de forma mais especifica ficava sob responsabilidade da mãe essa questão do cuidar e educar.

As instituições responsáveis por cuidar das crianças, buscavam prestar assistência de forma que elas passassem o dia no local, recebendo cuidados, mas que aconteciam de

forma precária, pois não tinha uma estrutura pensada para elas, como locais construídos para a prestação desses serviços, onde as primeiras instituições funcionavam em casas que buscavam fazer um trabalho assistencialista, que em sua maioria eram concebidos por instituições religiosas. Não existia também um planejamento por parte de instituições governamentais para que esse serviço acontecesse de forma organizada, levando em consideração o bem estar das crianças e seu desenvolvimento integral. Isso ocorreu em um momento onde as mulheres que até então se destinavam ao trabalho doméstico, passaram a fazer parte do mercado de trabalho, fazendo emergir novas demandas sociais para que pudessem dar conta de suas novas rotinas de trabalho.

De acordo com os estudos de Oliveira e Duarte(2011) percebe-se que com o passar do tempo o Estado passou a ter um olhar diferente para esse segmento, com isso passaram a ser realizados estudos sobre a temática da infância o que nos permite observar esses avanços. Surgiram instrumentos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente que apontam para garantia de diversos direitos para a infância, como educação, lazer, saúde, cuidados e que também delegam os órgãos que são responsáveis por essa prestação de serviços. Como também surgiram a partir dos governos mais progressistas programas voltados para esse segmento entre eles o Brasil Carinhoso e o Proinfância. Esses programas merecem destaque, pois através deles as crianças filhas da classe trabalhadora passaram a ter um olhar mais diferenciado por parte do Estado brasileiro.

Levando em consideração todo esse contexto e os avanços voltados para a infância e a criança foram se transformando as realidades, e essa fase passou a ser tratada com maior atenção. Onde pude enquanto estudante do curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (Centro Acadêmico do Agreste- CAA), realizar um estágio no quinto período do curso. O mesmo foi desenvolvido em uma instituição de educação infantil que apresentava um ambiente totalmente pensado para as crianças com espaços e móveis que levavam em consideração a sua condição de primeira infância. Espaços esses que propiciavam situações de interação e aprendizagem, através do uso de brinquedos e mobiliários adequados as suas necessidades. Possuía também espaços internos e externos que permitem atividades diferenciadas, o que me deixou surpresa em primeiro momento, conhecer um espaço assim, pois até então eu não tinha conhecimento de instituições que atendessem de forma tão específica as crianças em fase pré-escolar, só conhecia as

creches que se destinam principalmente as questões de cuidados. Mas esse espaço era pensado para que de fato pudesse propiciar situações de aprendizagem significativas para essas crianças.

Com isso pude perceber o quanto era superficial o meu conhecimento quanto a esses espaços, e a essa prestação de serviços, pois nunca tinha feito contato com ambientes assim totalmente planejados para a infância o que me despertou o interesse em conhecer através de que viés essas ações são planejadas. Através disso e de pesquisas relacionadas às colaborações direcionadas a educação infantil, como projetos e programas que se destinassem a contribuir com essa oferta de serviços a educação infantil. Com isto tomei conhecimento do Proinfância (Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil), através do site do FNDE, que trata de maneira específica como este se configura, onde pude compreender que ele é totalmente voltado para a educação infantil com especificidades de atendimento as creches e pré-escolas. O que me levou a questionar como os órgãos responsáveis pelo mesmo seleciona os seus campos de atuação? Como se estruturam na prática essas ações? E como se caracterizam esse processo no trabalho da gestão municipal onde ele se aplica? Partindo dessas indagações busquei informações para saber se o município no qual me encontro fazia parte desse programa, entrando em contato com a Secretária Municipal de Educação do mesmo para obter tal retorno. Obtive êxito com relação a conformação de que o município participava do programa, porém me foi informado que o mesmo ainda estava em fase de implementação, onde ainda não haviam instituições complementares financiadas por ele prontas, o que me direcionou a investigar esse processo de implementação.

Relacionado a isso busquei neste trabalho de pesquisa entender **quais as principais dificuldades enfrentadas pela gestão municipal para implementação do Proinfância no município de Caruaru-PE?** Porque esse é um programa padrão do FNDE e exige da gestão municipal essa implementação atendendo as exigências do projeto e as suas especificidades. Com isto procurei **analisar a implementação do Proinfância levando em consideração o olhar da gestão municipal.** Para assim compreender como a gestão trabalha para executar essa implementação, e quais são os obstáculos enfrentados por eles até que o programa esteja em pleno funcionamento. Através dos objetivos específicos **identificar os principais desafios enfrentados pela**

**gestão municipal para à implementação do programa; identificar os aspectos positivos e negativos do Proinfância; e verificar as estratégias utilizadas pela gestão para à implementação do programa.**

Pois a partir dessas questões será possível verificar quais os principais aspectos que norteiam essa implementação, e quais são os meios utilizados pela gestão municipal para organizar esse processo. Para isso se fez necessário traçar de início os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho. Posteriormente realizou-se uma aproximação com a infância à educação e a criança. No terceiro capítulo poderar-se compreender como se caracteriza o Proinfância tratando este como uma política pública direcionada para a educação infantil, o que permitiu compreender como o mesmo se caracteriza enquanto programa de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede pública de educação infantil. E no capítulo quatro trata-se sobre a análise e discussão dos dados, onde busca-se responder a questão central que norteia esse trabalho, a partir das contribuições dos administradores e do referencial teórico em estudo. Por fim destacam-se nossas considerações finais a cerca do estudo realizado.

## CAPÍTULO 1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho está relacionado à compreensão e análise do processo de implementação do programa Proinfância no município de Caruaru. Entendendo este como uma política pública voltada para o atendimento infantil de crianças de 0 a 6 anos de idade, buscando compreender seu contexto de implementação através do olhar da gestão municipal.

Diante dessas indagações quanto a esse processo, minha investigação foi voltada para a implementação do Proinfância sob o olhar dos administradores, para assim concretizar as metas e propostas do mesmo, considerando também seu contexto de implementação, para isso foi necessário à realização de uma pesquisa de campo, pois como cita Minayo:

[...] O trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguir, mas não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento partindo da realidade presente no campo (MINAYO, 1994, p.51).

Ou seja, através dessa aproximação com o campo foi possível estabelecer contato com situações corriqueiras e da rotina dos administradores, criando assim uma aproximação do programa com a realidade, buscando como enfoque identificar as dificuldades enfrentadas pela gestão municipal para a implementação do Proinfância.

Caracteriza-se a realização deste trabalho enquanto uma pesquisa qualitativa, que permite perceber o ambiente, as pessoas, e as informações de forma mais clara em sua profundidade analisando suas ações perante o contexto em que se encontra, portanto pode-se fazer referência a André, (1998, p. 28-29) quando trata sobre a mesma destaca que: “O pesquisador faz uso de uma grande quantidade de dados descritivos: situações, pessoas, ambientes, depoimentos, diálogos, que são por eles reconstruídos em formas de palavras ou transcrições literais”. Ou seja, o pesquisador não fará uso apenas das entrevistas de forma pronta e acabada, mas levará em conta seu contexto, as relações que se constituem nesses ambientes e que podem ser de grande valia para responder a seus questionamentos.

Para encontrar resposta à questão central e atender aos objetivos específicos foi utilizado como instrumento de coleta de dados a entrevista, pois a mesma permite essa

aproximação com o campo em estudo de forma mais dinâmica, onde se torna uma conversa entre os sujeitos participantes do processo. Pois como trata Minayo:

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos selecionados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa a que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva (MINAYO, 1994, p. 57).

Esse instrumento é de grande valia para o pesquisador, e neste caso se caracteriza enquanto uma entrevista semiestruturada que permite a elaboração de questões para serem utilizadas como roteiro, mas que também podem ser alteradas conforme as necessidades que forem surgindo ao decorrer do processo. Pois como trata Pádua na:

Entrevista semiestruturada o pesquisador organiza um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramento do tema principal (PÁDUA, 2008, p. 70).

Os dados foram recolhidos através desses momentos de observação e diálogos, como também a partir das entrevistas, que foram estruturadas em sete questões que buscam identificar o que levou o município a aderir ao programa e perceber quais suas dificuldades para a implementação do mesmo, como também as ações que foram realizadas para superá-las, com isso buscou-se perceber também quais os pontos negativos e positivos presente no mesmo, como identificar suas contribuições ao município e perceber como este tem se efetivado enquanto uma política pública e identificar quais ações presentes no programa que ainda necessitam de melhorias. Para assim conhecer como foi o processo de implementação do Proinfância no município de Caruaru.

Realizando as entrevistas com os responsáveis pelo programa no município, que são: a coordenadora do programa, o engenheiro que é o responsável pela execução da obra, a coordenadora de creches responsável pelo monitoramento desses espaços, o responsável pela organização escolar do município, como também gerente regional de

educação ouvindo os diversos setores que dele fazem parte. Para que assim os dados fossem analisados a partir do delineamento de categorias, pois como trata Minayo, (1994, p. 70) “As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso”. Para a partir disso encontrar respostas aos objetivos específicos apresentados nesse trabalho, como também responder a questão central que norteia esse estudo, fazendo relação ao referencial teórico em estudo como aos dados encontrados.

As entrevistas foram realizadas em áudio para que os administradores pudessem ficar a vontade para tratar sobre o programa, pois quando se faz uso de questionário os entrevistados se limitam aos espaços contidos no papel, e com a entrevista em áudio isso não acontece, sem mencionar que fazendo uso da entrevista semiestruturada é possível redirecionar as questões caso haja necessidade.

Partindo desta fase de realização das entrevistas, foram realizadas as transcrições das falas dos administradores, o que proporcionou a construção das categorias de análise. As mesmas se configuram a partir do uso da técnica de análise de conteúdo, pois como cita Bardin é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42 apud OLIVEIRA, 2003. P. 3).

Ou seja, através da análise de conteúdo foi possível identificar na fala dos administradores, as questões que mais se sobressaem com relação aos aspectos questionados, como as falas recorrentes sobre recursos financeiros e ampliação de vagas, entres outros pontos que podem ser destacados nas falas dos mesmos. E que podem ser observados a partir das análises a seguir.

## **CAPÍTULO 2 – REFLETINDO SOBRE INFÂNCIA, CRIANÇA E EDUCAÇÃO INFANTIL**

A questão da infância enquanto fase diferenciada da adulta é algo que está presente em nossa sociedade, mais que não surgiu há muito tempo, pois esses conceitos vêm surgindo com o decorrer do tempo e das modificações sociais. O olhar social direcionando às crianças passou por momentos importantes ao longo da história, destacamos sua inserção em sociedade, pois a ideia de infância se caracterizava de forma diferente do modo como é tratada hoje. A criança e suas especificidades historicamente não eram levadas em conta, como também as vivências e percepções tidas por tais sujeitos nessa fase da vida.

Muitos conceitos surgem na história para definir essa fase “Infância”, como trata Oliveira (2007, p.44), inicialmente poderia ser definido como “não-fala”, ou seja, uma fase em que a criança ainda não falasse a língua da cultura em qual nasceu, porque nesse momento estaria sendo desconsiderando seus choros, risos e gestos que são as primeiras expressões infantis. Já na educação Grega a infância referia-se a seres com tendência selvagens que para eles deveriam ser dominados pela razão e pela ética. Já na idade medieval era entendida como a natureza pecadora do homem, onde a luz divina não se manifestaria.

Por volta dos séculos XV e XVI percebe-se que à ideia de infância e criança possuía diferentes significações de acordo com o contexto cultural na qual ela estava inserida porque essas crianças eram vistas em oposição aos adultos por sua falta de idade para se caracterizar como um deles, pois a sociedade não considerava a condição infantil da criança, o que influenciaria sua inserção em seu meio social em questões como, a participação no processo produtivo, o tempo pelo qual vão necessitar de escolarização ou que vão ingressar na mesma, e também o processo de socialização dessas crianças nos meios no qual convivem. Pois como trata Kramer 2011:

A ideia de infância, como se pode concluir, não existiu sempre, e nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade, burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância é, pois determinado

historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade (KRAMER, 2011, p. 19).

A partir das palavras de Kramer fica notável que o sentimento de infância também está relacionado à questão de classe social da família, pois os filhos da classe trabalhadora depois que passavam pela fase da mortalidade eram tratados como adultos, sem levar em conta sua condição infantil. Por outro lado, a sociedade burguesa sentia a necessidade de proporcionar bem estar as suas crianças, onde levava em consideração que elas precisavam ser cuidadas e escolarizadas para que assim pudessem ter um futuro adequado ao seu status em seu meio social. Ou seja, durante muito tempo existiram várias definições para a fase infantil e hoje estão ganhando novos conceitos e também espaços, onde Kramer (1999) destaca que:

A concepção de criança que adotamos considera-a como um sujeito histórico, que nasce num tempo, numa classe social e num determinado contexto sociocultural. Sendo assim, ela não pode ser um cidadão futuro, se não a concebemos como sujeito no presente. O conceito de infância, nesse sentido, traduz-se no mundo do presente, dos direitos, dos desejos, das opções e da mudança, sendo a criança não uma espectadora desse tempo, mas um sujeito ativo do processo (KRAMER, 1999, p. 85).

É preciso entender a infância enquanto uma fase da vida que precisa ser cuidada, considerando a mesma enquanto momento de iniciação a vida em sociedade, pois essa ideia de infância não existiu sempre, e nem era pensada dessa forma como uma fase que necessita de orientação, planejamento e também escolarização. Fica claro que a concepção de criança foi criada historicamente, como também a de infância, que vem mudando ao longo dos tempos e apresenta diferenças a partir dos contextos que estão inseridas, pois cada sociedade e meio social possui sua própria cultura com relação as suas crianças. A criança como qualquer ser humano é um sujeito histórico social e que faz parte inicialmente de uma organização familiar, que é seu primeiro referencial e só depois passa a participar do convívio em sociedade. Onde Kramer 2011, nos remete a um novo sentimento de infância destacando esse a partir de dois véis:

O sentimento moderno de infância corresponde a duas atitudes contraditórias que caracterizam o comportamento dos adultos até os dias de hoje: uma considera a criança ingênua, inocente e

graciosa e é traduzida pela “paparicação” dos adultos e outra surge simultaneamente à primeira, mas se contrapõe a ela, tomando a criança como um ser imperfeito e incompleto, que necessita da “moralização” e da educação feita pelo adulto (KRAMER, 2011, p. 18).

A dependência da criança com relação ao adulto é uma característica da sua fase e que independente da classe social vai existir, pois à criança é um ser que necessita de atenção por parte de um responsável para se alimentar e também para a proteção dos mesmos, como também nos aspectos financeiros já que os filhos dependem dos pais e nessa fase são considerados improdutivos.

## **2.1 – A infância e educação infantil**

A criança em seu ambiente familiar tem seus primeiros contatos com o mundo e a partir dele vai se construindo culturalmente, onde aprende a andar, falar e até se expressar através de movimentos. O que desperta na sociedade um sentimento para cuidar da fase infantil que é marcado pela paparicação dessas crianças pequenas tratando-as com carinho, atenção e mimos, mais também como seres que necessitavam de limites e de educação por parte de suas famílias, e posteriormente da educação escolar. As crianças quando ingressam na educação infantil deverão ser inseridas no ambiente de forma dinâmico, permitindo que estes possam se familiarizar de forma tranquila com o novo espaço do qual fazem parte.

O espaço infantil ou ambiente escolar que busca atender a essas crianças é outro aspecto importante, pois é nele que as crianças vão socializar umas com as outras, onde a partir de momentos dinâmicos e agradáveis como as brincadeiras que podem surgir naturalmente, como também a partir de cantigas de roda, músicas, estórias e até mesmo através do uso de jogos e materiais concretos, que contribuem para esse descobrimento do novo. Pois como tratam as autoras Faria e Silva:

Considerar o espaço enquanto ambiente nos coloca na questão central da temática como uma das categorias fundantes da construção de uma pedagogia de educação infantil, o espaço em movimento, que materializa uma intencionalidade pedagógica em suas formas físicas (FARIA, SILVA, 2011, p. 10).

É necessária essa compreensão do mesmo enquanto espaço colaborativo para o desenvolvimento e aprendizagem de crianças na educação infantil, porque esse deve ser um espaço planejado e pensado para a promoção de encontros e interações entre eles.

O ambiente escolar será o segundo meio social com o qual a criança irá se relacionar depois do convívio familiar, é importante que ele incorpore a questão do cuidar e do educar para essas crianças, considerando seus contextos sociais, culturais e também suas formas de interação, pois como está presente no Referencial Curricular para a Educação Infantil, (1998), quando destaca o educar e o cuidar aponta que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possa contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p. 23).

Ou seja, esse educar se relaciona ao modo como a família irá inserir essa criança em sociedade orientando o modo como ela vai se estruturar nesse meio do qual ela passa a fazer parte e aprende a se relacionar. Quando vem destacar o cuidar aborda que:

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. [...] Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos (BRASIL, 1998, p. 24).

Esse ato de cuidar buscar fazer com que a criança possa sentir-se segura, e bem para se desenvolver no espaço no qual ela se encontra, que as relações que se estabeleçam sejam construtivas e colaborem para o seu desenvolvimento pessoal e escolar. Ou seja, esses dois aspectos podem contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças, oferecendo condições para o seu desenvolvimento integral dentro do ambiente escolar, pois ações como cuidar e educar precisam levar em conta o contexto das crianças,

que precisam ser observadas, ouvidas e respeitadas, identificando suas necessidades e priorizado, entendendo a criança como pessoa que está num contínuo desenvolvimento levando em conta suas especificidades.

Levando em conta o processo histórico de escolarização, a educação infantil nunca foi foco de muita atenção, e inicialmente o cuidar e a educação eram responsabilidade da mulher, pois a criança era vista como algo frágil e que não tinha muitas possibilidades de sobreviver, só quando esta saísse da situação de risco, que era a fase mais infantil, ela já era rapidamente incorporada ao mundo dos adultos onde eram vestidas e tratadas como se fossem adultas em miniatura.

Analisando esse contexto infantil a partir de momentos históricos encontra-se nos escritos de Oliveira (2007, p.58), como se caracterizavam e eram chamadas as instituições que atendiam a educação infantil que eram responsáveis por guardar e educar essas crianças, em primeiro momento surge o termo francês *crèche* que está relacionado à manjedoura ou presépio, já em termos italianos podemos destacar os *asilo nido*, que indica um ninho que abriga. Outro termo utilizado era “Escola materna” usado para instituições que educassem crianças pequenas fora da família. Ou seja, é perceptível que essas definições variavam de acordo com as localizações, porém todas tinham o mesmo propósito que era prestar assistência à primeira infância, de modo que se caracterizavam pelo cuidar e o educar das crianças.

Já para as classes menos favorecidas também existiam arranjos que iam sendo construídos culturalmente, não eram bem instituições que se caracterizam como creches, pois a maioria dos espaços para esse atendimento possuíam rodas giratórias de madeira que geralmente se localizavam em muros de igrejas e casas de caridades, que permitiam as mães que não possuíam condições, ou mulheres que ocultavam a gravidez deixarem seus filhos sem que fossem identificadas. Mas este processo era o modo como às mulheres se desfaziam de seus filhos, deixando-os para que fossem criados em instituições como orfanatos e instituições religiosas. Pois como destaca Araújo:

Dessa forma, a entrada das crianças nos orfanatos ou instituições religiosas acontecia pela aceitação social de práticas de abandono, seja, porque os pais não tinham condições materiais de sustentar os filhos ou mesmo por desamparo por parte da mãe oriundo de questões sociais (como as mães solteiras) (ARAÚJO, 2011, p.67).

Considerando os estudos de Araújo, entende-se que essas crianças ficavam a cargo destas instituições, mas antes disso elas passavam por algumas etapas, tais como identificar quais crianças eram órfãs, e quais tinham sido abandonadas, e também recebiam diagnóstico médico que constatava se elas seriam aptas ao trabalho futuramente. Já a igreja ficava com a responsabilidade de educar tais crianças, de maneira moral e intelectual, e as instancias governamentais em custear esse processo.

## **2.2 Primeiras aproximações entre a Educação Infantil e as Políticas Públicas**

Ao longo dos anos este pensamento referente à educação infantil sofreu e vem sofrendo modificações como também estudos voltados para essa temática tem ganhado destaque e despertado interesse. Houve também o surgimento de políticas públicas como destaca Oliveira, onde trata que:

No que se refere à educação da criança pequena em creches e pré-escolas, práticas educativas e conceitos básicos foram sendo constituídos com base em situações sociais concretas que por sua vez, geraram regulamentações e leis como parte de políticas públicas historicamente elaboradas (OLIVEIRA, 2007,p.57).

Isto torna-se evidente quando Oliveira destaca que no século XV e XVI começam a surgir novas formas de olhar para a criança e também de como elas deveriam ser educadas, o desenvolvimento comercial, como científico, exigiam dessa população locais onde pudessem deixar seus filhos para trabalhar, foi o momento onde surgiram algumas instituições filantrópicas que prestavam atendimento educacional a essas crianças, mesmo que não fosse de modo formal, esses serviços prestados nessas instituições eram realizados por mulheres da comunidade e também recebiam crianças abandonadas, essas recebiam uma educação de forma que aprendiam a ser obedientes. Mas nos séculos XVIII e XIX, se intensificou as discussões sobre a educação obrigatória, onde se destacou a importância da educação para o desenvolvimento social. Como aponta Oliveira:

Nesse momento, a criança passou a ser o centro do interesse educativo dos adultos: começou a ser vista como sujeito de necessidades e objeto de expectativas e cuidados, situada em um período de preparação para o ingresso no mundo dos adultos, o

que tornava a escola (pelo menos para os que podiam frequentá-la) um instrumento fundamental (OLIVEIRA, 2007.p 62).

Essas mudanças que tornavam as crianças o centro dos interesses não se destinavam as crianças que pertenciam às classes sociais menos desfavorecidas, pois acreditavam que estas não poderiam receber a mesma educação dada as classes abastardas, para as crianças mais pobres deveria ser ensinado apenas um ofício o que acontecia de forma piedosa para que futuramente pudessem vir a servir a classes mais favorecidas. Assim como destaca Oliveira, (2007, p.6) “O básico, todavia, para os filhos dos operários era o ensino da obediência, da moralidade da devoção e do valor do trabalho, sendo comuns propostas de atividades realizadas em grandes turmas, muitas delas com cerca de 200 crianças”. Ou seja, percebe-se que o foco para essas crianças não era sua formação integral e sim uma preparação para o trabalho e para a servidão.

Já no século XX como destacam Kremer e Oliveira surgem novos estudos e conceitos com relação à criança e a educação das mesmas, onde passam a pensar em novas formas de desenvolver o ensino voltado para a educação dos pequenos, nesse momento foram pensadas atividades e momentos em que as crianças pudessem aprender de modo mais dinâmico, onde sua fase infantil era levada em consideração. No Brasil as modificações também seguiam essa mesma linha, mas é claro levando em consideração o contexto do nosso país, e esse atendimento de crianças pequenas é que ficavam em instituições como creches, que praticamente não existiam aqui por volta da metade do século XIX.

Mais a partir da década de 90, esse cenário sofreu e vem sofrendo modificações a infância passou a ser vista com cuidado e a educação voltada para ela também, onde já são garantidos por lei seus direitos perante a sociedade. Direitos esses que estão destacados em documentos como a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB, e o Estatuto da criança e do Adolescente- ECA<sup>1</sup>, que buscam através de seus artigos garantir o atendimento integral a criança, a infância e aos adolescentes.

---

<sup>1</sup> O ECA representa um grande avanço na legislação brasileira, foi iniciado com a promulgação da Constituição de 1988. Se caracteriza enquanto a Lei N<sup>o</sup> 8.069 de 13 de julho de 1990, onde dispõe sobre garantir as crianças e adolescentes tratamento com relação aos cuidados, escolarização, e proteção. Proporcionando assim, todas as oportunidades e facilidades que possam contribuir com seu desenvolvimento físico, mental, espiritual e social, para que assim possam se desenvolver plenamente.

A educação de crianças em fase de educação infantil tem sido vista cada vez mais como algo necessário para que se possa garantir o desenvolvimento integral das mesmas, estas quando passam a fazer parte do ambiente escolar começam a interagir com um ambiente novo e até então desconhecido para elas. Com isso podemos estabelecer a educação infantil enquanto etapa que deve garantir tais condições, pois como aponta as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil está é a:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 6 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetido a controle social (BRASIL, 2010. P. 12).

A educação infantil é uma modalidade de ensino que está ganhando cada vez mais visibilidade, e com isso passou a receber mais atenção, passando a ser garantida por lei enquanto um direito da criança na Constituição de 1988, onde diz que: “e dever do estado promover essa modalidade de ensino”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo Art. 29º. Também trata sobre a educação infantil onde caracteriza essa enquanto primeira etapa da educação básica: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (LDB, 9394/96). Ou seja, o espaço escolar passa agora a colaborar com esse desenvolvimento da criança de forma mais efetiva, pois ela não é uma opção e sim um direito.

Diante de todos esses avanços e descobertas podemos destacar que a condição da criança em sociedade já avançou bastante com o passar dos anos, e que elas hoje são entendidas como sujeitos participantes do contexto social em que vivem, pois possuem olhares voltados para elas quanto a sua condição infantil e de fragilidade como também no cuidar e no educar. Mudanças essas que só foram possíveis através do conhecimento dessas dificuldades, e das iniciativas que surgiram como políticas emergências, mais que tem sua parcela de importância, pois foi a partir delas de se começou a pensar espaços e ações que possam de fato promover uma educação de qualidade e um desenvolvimento pleno das crianças.

Com relação a essas políticas que vem se destacando atualmente podemos apontar os programas governamentais, que ganham força nesse momento e são cada vez mais recorrentes no meio social. Pois é a partir deles que os municípios visam ampliar seus campos de atuação tanto com relação à saúde, moradia, habitação, como também programas relacionados à educação que é o caso do Proinfância.

### **CAPÍTULO 3 – O PROINFÂNCIA ENQUANTO UMA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL**

Diante dos diversos campos que se faz relevante compreender neste trabalho não poderíamos deixar de destacar as políticas públicas para a educação, e como essas vem se estruturando ao longo do tempo. Para entender melhor esse processo vamos através dessa temática compreender como o Estado tem pensado e realizado ações que contribuam para a melhoria dessa realidade social, principalmente nos aspectos relacionados à educação, destacando a ampliação da oferta de vagas à educação infantil.

Levando em consideração o contexto histórico das políticas públicas, compreendesse que essa temática só começa a aparecer de forma mais emergente por volta de 1970. E durante esse período o país passa por reformulação, onde está saindo de um período marcado pela ditadura e tenta se democratizar, mais esse é um processo lento, e nos anos de 1980 ainda era possível identificar vestígios do autoritarismo em algumas ações, pois como tratam Hochman, Arretche, e Marques:

Nos anos 1980, reforma do sistema de proteção social herdado do autoritarismo ou das políticas individuais que o constituíam – políticas de saúde, educação, previdência, assistência social, habitação saneamento ou de enfrentamento da criminalidade. Reformas econômicas e da distribuição de responsabilidades e capacidades entre as esferas de governo, na década seguinte. Em essência, buscava-se entender o sentido, as possibilidades e obstáculos às iniciativas de mudança, inscritas na nova Constituição ou simplesmente resultantes da decisão dos governos (HOCHMAN, ARRETCHÉ, MARQUES, 2007, p. 9).

Com isso notamos que essas mudanças não se restringiam apenas ao campo educacional, mas que foram para todos os setores, pois era necessário para que de fato o país se tornasse democrático. Isso não aconteceu de um dia para o outro, foi um processo

que foi se intensificando de acordo com as demandas da população que cada vez mais sentia essa necessidade de democratização. E diante dessa situação o Estado buscava dar sentido às ações que eram realizadas para organizar o país, pois até então todas as ações realizadas eram de acordo com o autoritarismo, e as novas ações ainda estavam em processo de testes e adaptações já que estavam frente a uma nova realidade, onde foram encontradas dificuldades e nem sempre as ações implementadas davam certo.

Levando em consideração esses aspectos históricos, percebe-se que esse processo de democratização foi se intensificado, principalmente com relação às discussões referentes às políticas públicas, que tem ganhado maior destaque, não apenas nos aspectos relacionados às questões educacionais, mais também a outros setores, onde o estado deve intervir. Para que assim possa garantir o Estado de bem-estar social, ou seja, condições mínimas de qualidade em educação, saúde, segurança, habitação, entre outros serviços que devem ser proporcionados a população a partir da iniciativa do Estado, onde o mesmo é o responsável pela elaboração e aplicação de suas políticas públicas. O que chama cada vez mais atenção para essas ações, e onde elas passam a ser destacar no meio social, e também no campo educacional, através da realização de estudos relacionados à temática. Pois como aborda Araújo quando destaca a importância de se estudar as políticas públicas:

A política pública tem sido objeto de estudo como disciplina e área de conhecimento a partir de enfoques diferenciados que contemplam o processo de formulação, materialização e impactos. Por ser uma área de conhecimento bastante ampla, o seu estudo nos auxilia a entender quais os mecanismos utilizados pelo Estado para intervir na realidade social. (ARAÚJO, 2011, p. 52)

Diante disto é perceptível que essas políticas têm ganhado destaque também nos meios educacionais, não apenas quanto a sua existência, mas também pelo modo como estas vem se efetivando, o que se faz necessário essa aproximação, pois sabemos que quando se fala em política podem surgir diversos véis relacionados, mais aqui nosso foco está pautado no meio pelo qual se configuram os programas e ações públicas. Para isso se faz necessário compreender as definições de Estado e Governo, pois como trata Hofling eles possuem especificidades diferenciadas e podem ser entendidos como:

“é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período” (HOFLING, 2001, p. 31).

Ou seja, a partir dessa compreensão de Estado e Governo podemos perceber de maneira clara a área de atuação de cada um, e quais os órgãos que a eles pertencem, e que eles também não se dissociam, pois precisam trabalhar de maneira organizada, para manter a ordem social, através da prestação de serviços básicos como: educação, saúde, segurança entre outros.

É importante considerar que as políticas públicas vão surgir a partir dessas definições de planos, de ações, e propostas que buscam através de sua execução proporcionar melhorias à sociedade e assim ocasionar um estado de bem estar social, mais para isso é importante compreender as definições de políticas públicas que para Hofling se caracteriza enquanto:

As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada (HOFLING, 2001,p. 31).

Entendesse por políticas públicas aquelas que são realizadas a partir das decisões que partem do Estado, onde este tem que planejar e executar tais ações de forma que atendam as demandas sociais que se apresentam. Hochaman, Arretche, Marques, 2007 também apresentam definições de políticas onde destacam que:

Pode-se então resumir políticas Públicas como campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo colocar o ‘governo em ação’ e/ ou analisa essa ação (variável independente) e, quando necessário propor mudanças no rumo ou curso dessas

ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (HOCHAMAN, ARRETICHE, MARQUES, 2007, p. 69).

Ou seja, as políticas públicas se estruturam a partir das ações realizadas pelo Estado enquanto promoção de serviços, programas ou projetos destinados à população levando em conta suas necessidades. Essas políticas nem sempre são formuladas apenas pelo Estado, existem grupos de interesse e movimentos sociais que podem se posicionar diante de tais políticas apresentando suas necessidades e interesses. De acordo com Hochaman, Arretche e Marques quando apresentam que as políticas podem se apresentar de diversas formas podemos destacar que:

O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e a curto prazo para certos grupos sociais e ganhos incertos e futuro para outros. São em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas construtivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se dentro do sistema político de forma também diferente (LOWI, 1964, apud HOCHAMAN, ARRETICHE, e MARQUES, 2007,p.73).

Ou seja, como podemos observar essas políticas não seguem um padrão exato, elas surgem a partir de uma demanda social apresentada pela sociedade, que passa a necessitar de serviços como saúde, habitação, educação, entre outros que exigem das instâncias governamentais um posicionamento. Mais essas políticas podem ser exitosas, e não exitosas, gerar perdas e ganhos, tudo isso de forma imprevista, pois quando a política é elaborada e aplicada não tem como prever o seu desenrolar completamente, por

mais que ela seja bem planejada isso só poderá ser observado na prática, a partir de sua aplicação em situações reais.

Observando as diversas possibilidades de intervenção da política pública percebe-se que elas alternam de público e espaços em que se aplicam, pois muitas vezes elas são pensadas sem levar em conta a realidade da população, onde na maioria das vezes são elaboradas por pessoas que não fazem parte daquela realidade e nem buscam conhecê-la, o que torna sua aplicação exitosa ou não, e nesse processo também podem se sobressair às desigualdades, onde um projeto pode ser proveitoso para uma parte da população e outra não. Mas isso não se restringe apenas as questões educacionais, se estende também aos outros setores em que o Estado atua. Portanto essas políticas não são iguais, elas atuam em áreas diferenciadas e são pensadas para públicos diversos.

O que nos direciona a pensar sobre as políticas educacionais, e como elas se originam e são aplicadas, pois as questões educacionais é uma pauta que sempre merece destaque, pois é um serviço essencial a toda a população, mais sabemos que nem sempre ela é tratada assim e isso dificulta ainda mais os progressos relacionados a ampliação da mesma para todos. Mais discorrendo sobre políticas educacionais podemos destacar as definições tratadas por Oliveira e Duarte quando mencionam que:

Considera-se que as políticas educativas podem ser definidas como programas de ação governamental, informadas por valores e ideias que se dirigem aos públicos escolares e são implementadas pela administração e pelos profissionais da educação. No domínio da educação, a tomada de decisão se faz sempre em nome de valores universais como, por exemplo, a laicidade, o ideal de igualdade meritocrática, fundado na possibilidade de os indivíduos acenderem a posições sociais de maior prestígio por seus valores pessoais e não por herança ou dinheiro” (THOENIG, 2006, apud OLIVEIRA, DUARTE, 2011,p. 75-76).

Ou seja, as políticas educativas buscam contribuir com a formação desses sujeitos que dela passam a fazer parte, proporcionando novas oportunidades de aprendizagem, onde muitas crianças não tem nenhuma perspectiva de vida planejada e bem orientada, e a educação, a saúde, a segurança, ou seja, ações que provem do Estado são suas únicas opções para o acesso, o que torna esses serviços ainda mais essenciais principalmente

quando é direcionado as classes populares, possibilitando assim novas oportunidades a partir das relações educacionais. Tratando sobre isto podemos destacar também as políticas sociais abordadas por Hofling, quando menciona que:

Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (HOFLING, 2001, p. 31).

Ou seja, as políticas sociais são aquelas direcionadas a população, e que buscam contribuir de forma significativa para a melhoria de sua condição social, procurando com isso diminuir as desigualdades existentes, situações estas que surgem principalmente a partir das condições socioeconômicas da população em questão, que são os menos favorecidos. Essas políticas são resultados advindos das lutas travadas pelos movimentos populares, que buscavam desde século XIX como trata Hofling na citação acima amenizar essas disparidades econômicas existentes entre a população. A mesma ainda destaca as políticas educacionais quando menciona que:

Pensando em política educacional, ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia do processo de aprendizagem, da gestão escolar e da aplicação de recursos são insuficientes para caracterizar uma alteração da função política deste setor. Enquanto não se ampliar efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e de execução da política educacional, estaremos alcançando índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação política da educação (HOFLING, 2001, p. 39).

Ou seja, a mesma destaca que essas ações repentinas ou pontuais que surgem aqui e ali, não permitem uma continuidade, só permitem a obtenção de resultados imediatos que possam ser tratados como positivos diante dos índices educacionais. O que se faz necessário que sejam ampliadas as ações para esse setor, e de forma que os programas possam ser contínuos, garantindo assim acesso e permanência dessas ações na prestação dos serviços a população. Mais sabemos que essas políticas se originam para diversos

setores o que permite que se expandam seus campos de atuação, e um desses campos que aqui será destacado é a questão das políticas públicas para a educação infantil, que é um campo que ainda está se estruturando, pois mesmo com os progressos já existentes ainda há muito para se avançar.

### **3.1 A Política Pública e a Educação Infantil**

Essa questão nos direciona a pensar sobre as leis que garantem esses direitos com relação à educação, principalmente relacionado às crianças que fazem parte da educação infantil, entendendo assim como as mesmas se estruturam. Fazendo um panorama desse processo notamos que não existiam muitos órgãos responsáveis em prestar assistência a essas instituições que faziam atendimento à educação infantil, isso pode ser notado quando observamos o documento denominado Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Onde o mesmo destaca que:

A educação da criança de 4 a 6 anos insere-se nas ações do Ministério da Educação (MEC) desde 1975, quando foi criada a Coordenação de Educação Pré-Escolar. Na área da Assistência Social do Governo Federal outro órgão também se incumbia do atendimento ao “pré-escolar” por meio de programa específico de convênio direto com instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais que atendiam crianças de 0 a 6 anos das camadas mais pobres da população. O Programa, que previa o auxílio financeiro e algum apoio técnico, foi desenvolvido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) do então Ministério da Previdência e Assistência Social, desde 1977. A LBA foi extinta em 1995, prevalecendo, no entanto, programa e dotação orçamentária para creche no âmbito da assistência social federal (BRASIL, 2006,p. 7).

Compreendesse que à prestação de serviços à educação infantil não faz muito tempo que ocorre de forma organizada, com pessoas e órgãos específicos para tratar da mesma, pois como vemos na citação acima o atendimento das crianças em fase pré-escolar só passou a ser pensando a cerca de quarenta anos atrás, o que nos remete a pensar que nossos pais e familiares não participaram desse processo, como muitos que se localizavam em áreas distantes e sem tanta informação, e que também não tinham acesso. O que se destinava a classe popular inicialmente eram mais os serviços de creches, que continuavam a ser prestados por instituições independentes e com caráter assistencial em

sua maioria, o que não caracterizava um serviço público e muito menos uma política de educação a essas crianças. Levando em consideração esse momento podemos destacar que:

Nas décadas de 1970 e 1980, o processo de urbanização do país, cada vez mais intenso, somado a uma maior participação da mulher no mercado de trabalho e à pressão dos movimentos sociais, levou a uma expansão do atendimento educacional, principalmente às crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, verificando-se também, na década de 1980, uma expansão significativa na educação das crianças de 0 a 3 anos. A pressão da demanda, a urgência do seu atendimento, a omissão da legislação educacional vigente, a difusão da ideologia da educação como compensação de carências e a insuficiência de recursos financeiros levaram as instituições de Educação Infantil a se expandirem “fora” dos sistemas de ensino. Difundiram-se “formas alternativas de atendimento” onde inexisteriam critérios básicos relativos à infra-estrutura e à escolaridade das pessoas que lidavam diretamente com as crianças, em geral mulheres, sem formação específica, chamadas de crecheiras, pajens, babás, auxiliares, etc (BRASIL, 2006,p.8).

Ou seja, era um serviço prestado de forma precária e que vem se estruturando ao longo do tempo, houveram avanços que ocorreram mais por meio de pressão, principalmente das classes mais populares que necessitavam desse serviço para que pudessem trabalhar, em parte mais significativas as mulheres, que passavam a contemplar um novo meio social que era o mercado de trabalho. Mas fica claro também a falta de políticas educacionais para esse público, ações que fossem específicas para a área e que tivessem metas, planos e objetivos a serem cumpridos em sua prestação de serviços, a falta de ambientes pensados e planejados para elas e outro ponto importante, pois estes também não existiam, o que dava espaço para o surgimento dessas formas alternativas de ensino, ou atendimento a infância, esse processo acabava sendo mais uma vez um serviço precário, que se efetivava sem a qualificação necessária.

Mais para que esse processo ficasse organizado foram sendo pensadas e elaboradas ações para a melhoria desse atendimento, e isso fica explícito quando na constituição de 1988 surgem aspectos relacionados à educação infantil onde observasse que:

Na Constituição Federal de 1988, a educação das crianças de 0 a 6 anos, concebida, muitas vezes, como amparo e assistência, passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional, em resposta aos movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças. Nesse contexto, a proteção integral às crianças deve ser assegurada, com absoluta prioridade, pela família, pela sociedade e pelo poder público. A Lei afirma, portanto, o dever do Estado com a educação das crianças de 0 a 6 anos de idade. A inclusão da creche no capítulo da educação explicita a função eminentemente educativa desta, da qual é parte intrínseca a função de cuidar” (BRASIL, 2006,p.9).

Nesse momento a educação infantil deixa de ser tratada como opção ou assistência e passa a ser direito, onde fica sob-responsabilidade do Estado essa prestação de serviços ao público infantil, às creches não foram especificadas em primeiro momento, mas são contempladas a partir de uma inclusão no contexto que trata de educação, o que torna toda a fase infantil garantida por lei. Onde essa passa a ser pensada e cuidada de maneira mais adequada, isso não que dizer que os obstáculos referentes à educação dessas crianças foram instintos, mais são avanços que merecem destaque, pois levando em conta que a fase não possuía nenhuma ação por parte das instituições governamentais. Hoje esse serviço é de responsabilidade dos municípios e não do Estado como era anteriormente, o que demandou dos municípios novas ações e estruturas para dar atendimento a esse público, que até então não era sua responsabilidade.

Mas esse processo não para por ai, posteriormente à Constituição de 1988, dois anos depois em 1990 surge o Estatuto da criança e do Adolescente - ECA, que também vem destacar a importância de se considerar as crianças como seres que necessitam de auxílio, proteção e cuidado por parte dos órgãos públicos, o mesmo destaca em seu Art 3º que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL,2008,p. 9).

Ou seja, através do ECA fica ainda mais claro que esses direitos devem ser garantidos, reforçando ainda mais o que já estava explícito na constituição, pois estes devem ter acesso a todos os direitos reservados a sua fase infantil para que assim possam se desenvolver plenamente tanto nos aspectos físicos, como nas questões de expressões, fala, brincadeiras e tudo mais que delas fazem parte.

Com relação à educação o ECA também se posiciona especificando como os Estados e municípios devem agir quanto a prestação dos serviços a essas crianças, onde está explícito no mesmo em seu Art. 53, que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: 20 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; [...] V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (BRASIL, 2008, p. 18, 19).

Portanto, se faz relevante compreender esses processos e avanços, pois assim notamos que mesmo a passo lentos, estamos avançando com relação a esses serviços, ainda tem muito a se fazer e muitas crianças que ainda não recebem essa assistência por parte das instâncias governamentais, mais com o surgimento dessas leis que permitem que essas ações sejam garantidas em documentos legais. Já temos pelo menos um norte para começar a avançar de fato, fazendo com que esses direitos deixem de ser apenas artigos descritos em estatutos e legislações, e possam de fato se concretizarem em ações, através dos órgãos governamentais que devem ser os principais responsáveis em prover tais programas e projetos que supram as necessidades da demanda que se apresenta nesses diversos contextos sociais que compõem nossa sociedade.

E para que isso aconteça de forma ainda mais organizada garantindo a esses sujeitos condições dignas de convívio, onde estes possam se sentir cuidados e assim se desenvolver plenamente, pois deve ser uma pauta de uma administração preocupada com a população, é necessário planejar ações que possibilitem a melhoria de vida dessas pessoas, pois como trata Hofling, (2001) quando menciona que:

Uma administração pública – informada por uma concepção crítica de Estado – que considere sua função atender a sociedade

como um todo, não privilegiando os interesses dos grupos detentores do poder econômico, deve estabelecer como prioritários programas de ação universalizantes, que possibilitem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social (HOFLING, 2001, p. 39).

Ou seja, é responsabilidade do Estado promover situação que propiciem condições de desenvolvimento em todas as esferas sociais dando condições de acesso à educação, saúde, moradia para todos os sujeitos, pois só assim é que será possível modificar a realidade social que vivenciamos hoje, e a educação é o principal meio pelo qual essa desigualdade tem se modificado, através da ampliação de oportunidades para as classes menos favorecidas.

Levando em consideração todos os aspectos destacados compreendemos as políticas públicas como meios pelo qual se efetivam as ações para a população, através dos diversos setores que compõem os órgãos públicos, essa se tornam de grande valia quando são pensadas para a população mais carente, que não possui outros recursos a não ser esperar por esses serviços, o que não deve ser visto como favor ou assistência e sim como direito.

### **3.2 Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública De Educação Infantil– Proinfância**

Como estamos tratando de políticas públicas e educação, mais especificamente questões relacionadas à educação infantil. Se faz relevante compreender nesse contexto o Proinfância enquanto uma dessas políticas, pois é através dele que os municípios estão buscando ampliar suas disponibilidades de vagas para esse público infantil.

O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos Para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), segundo o FNDE “é uma das principais ações que está relacionada à questão da infraestrutura para essas instituições que atendem a educação infantil, principalmente as creches, esse também presta colaboração de forma financeira repassando aos municípios e ao distrito Federal os recursos para essa reestruturação, que vai desde a construção dos ambientes até a aquisição de equipamentos e mobiliários” (Disponível em:<http://www.fnde.gov.br>>

Acesso em: 27, Setembro de 2015). O governo federal criou o programa em 2007, por considerar a construção de creches e pré-escolas, como também a aquisição de equipamentos para essa modalidade de ensino, fundamental para a melhoria da educação. Por ser um público que cada vez mais apresenta essa necessidade de ações e projetos que atendam as suas demandas, pois os municípios ainda apresentam dificuldades em se estruturar quanto a construção de creches e pré-escolas e com essa colaboração esse processo tornasse mais ágil, permitindo assim que mais espaços sejam disponibilizados a essa população.

Esse programa foi criado pela [Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007](#), e faz parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que é parte das propostas advindas do Ministério da educação. De acordo com tal resolução o programa deve considerar a crescente necessidade de desenvolverem-se ações que supram essas demandas, e também leve em conta a redistribuição e à disponibilidade de acesso para que assim possa ser garantido um padrão mínimo de qualidade. Este deve considerar também a melhoria da infraestrutura dessas instituições, como sua reestruturação, aquisição de equipamentos para assim contribuir com condições adequadas de ensino e aprendizagem, pois é uma demanda de muitos municípios a construção de creches e escolas que atendam a essa modalidade de ensino. Essa mesma resolução trata aspectos que destacam onde devem ser investidos os recursos destinados e esse programa, como trata em seus artigos:

Art. 1º Os recursos financeiros do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA serão destinados à cobertura de despesa de investimentos em construção, reforma equipamentos e mobiliários para creches e escolas públicas das redes municipais e do Distrito Federal.

Art. 2º A assistência financeira, de que trata o artigo anterior, será concedida ao Distrito Federal e aos municípios definidos como prioritários no Manual de Assistência Financeira do FNDE-2007.

Art. 3º A assistência financeira será processada mediante solicitação do Distrito Federal e municípios de acordo com a esfera administrativa que a escola pleiteada pertence ou pertencerá, por meio de projetos de infraestrutura das redes públicas escolares e de equipamento e mobiliário, elaborados sob a forma de plano de trabalho.

Art. 6º As transferências de recursos, objetivando a execução de projetos tecnicamente aprovados, serão efetuadas por meio de celebração de convênio entre o FNDE, Distrito Federal e Municípios, condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros do FNDE, à adimplência e à habilitação do órgão ou da entidade proponente em 2007, observado, ainda, para a liberação dos recursos [...].

Art. 7º Os recursos serão transferidos na quantidade de parcelas e nos prazos indicados no cronograma de desembolso do plano de trabalho aprovado, após a publicação do extrato do convênio, da portaria ou do termo aditivo, no Diário Oficial da União, observada a disponibilidade de caixa do FNDE. (BRASIL. Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007).

Percebe-se que através dos artigos citados o Proinfância busca programar de forma bem específica suas ações, onde em seu artigo primeiro deixa claro em que deve ser investido as verbas advindas do mesmo, que é organizado a partir do manual financeiro que o programa possui. Pois nele contém de que forma clara como deve ser investido esses recursos, onde algumas exigências devem ser levadas em consideração como, por exemplo, as dimensões dos terrenos para que assim possam ser contempladas com tais recursos.

Essa contemplação não ocorre de forma única, ou muito menos automática, para que os recursos sejam disponibilizados é necessário que todas as exigências estejam em ordem, desde a documentação até os locais adequados para as construções. Para que assim sejam contemplados de forma gradual com os recursos que são liberados pelo programa, o que exige por parte da gestão parcerias entre Estado e município para que os prazos sejam cumpridos, tanto com relação à disponibilidade das verbas como na entrega dos espaços.

Tal resolução pretende através de seus artigos instituir e orientar quais os fins objetivados pelo Proinfância para que sua execução aconteça da melhor forma possível, sendo assim orienta através dos mesmos as prioridades de investimentos e aplicações quanto aos recursos advindo do programa, onde fica claro quais os caminhos a serem percorridos pelos municípios, quanto a adesão e execução do mesmo em cada contexto.

De acordo com o FNDE o Proinfância tem enquanto principal objetivo prestar assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios para a construção de creches e

pré-escola, buscando garantir o acesso de crianças em creches e escolas de educação infantil da rede pública. De acordo com as informações contidas no programa percebe-se que: “as instituições construídas devem possuir ambientes que propiciem a aprendizagem das crianças, tais como: salas de aula, salas multiuso, sanitários, fraldário, recreio coberto, parque, refeitório, entre outros espaços que permitam a realização de diversas atividades pedagógicas, recreativas, esportivas, além de outros serviços como os administrativos”. O que permite perceber que a proposta do Proinfância é pensada e planejada de maneira específica para as crianças em fase de 0 à 6 anos, com ambientes e espaços que levam em conta sua condição infantil.

Segundo informações do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Entre 2007 e 2014 o Proinfância investiu na construção de 2.543 escolas, que ocorreram por meio de convênios, e a partir de 2011 foi incluído no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC2)<sup>2</sup>. O projeto também repassa recursos para equipar creches e escolas de educação infantil que já estão em fase final, contribuindo com itens padronizados e adequados para o seu funcionamento. De acordo com o FNDE “entre 2007 e 2014 cerca de 2.500 municípios receberam verba para compra de móveis e equipamentos, como mesas, cadeiras, berços, geladeira, fogões e bebedouros” (Disponível em:<http://www.fnde.gov.br>>Acesso em: 27, Setembro de 2015).

Esse projeto possui diversos manuais para que as instituições possam se estruturar a partir deles, e um deles está relacionado à aquisição de mobiliários e equipamentos, pois é importante considerar as dimensões em termos de tamanho, a matéria prima dos objetos que são comprados para esses espaços, levando em conta a segurança, saúde, e o bem estar das crianças, como também das pessoas que o manuseiam. Pois caso essas instruções não sejam seguidas podem surgir problemas posteriores com a aquisição de produtos com pontas, ou partes que possam se soltar facilmente, entre outros objetos que podem representar perigo a segurança dos alunos.

---

<sup>2</sup> O PAC se caracteriza como um plano de ações do Governo Federal que busca estimular o crescimento econômico através dos investimentos em diversos tipos de obras que se configuram desde a construção de portos e rodovias, até a geração de energia elétrica entre outras ações. Ele foi criado em 2007 e em 2011 entrou em sua segunda fase e passou a se chamar PAC2.

Por isso torna-se relevante planejar tais produtos, e com isso corrigir as falhas que se apresentarem durante o processo de instalação dos mesmos. Na escolha destes materiais, levando em conta as exigências do manual para o mobiliário, devem ser considerados os seguintes tópicos:

- Qualidade técnica: Considerando-se a eficiência com que o produto executa sua função, a facilidade de manutenção e limpeza entre outros fatores;
- Qualidade ergonômica: Incluir a facilidade de manuseio, a adaptação antropométrica, o fortalecimento claro de informações, as compatibilidades de movimentos e demais itens de conforto e segurança;
- Qualidade estética: Envolve a combinação de formas, cores, uso de materiais, textura para que os produtos sejam visivelmente agradáveis e outros (BRASIL, 2013. P. 2 Manual Descritivo para Aquisição de Mobiliário).

Nesse manual também existem as descrições detalhadas dos produtos e suas dimensões enquanto largura, altura e também tipos de material com o qual estes são fabricados, tudo descrito de forma clara para que a seleção seja feita da melhor forma possível. E também possui as recomendações de uso, onde descreve as partes que não podem ser separadas e como devem proceder caso o material venha com algum defeito, estes também devem possuir o selo de qualidade garantido pelo fabricante. Entretanto notasse que existe toda uma preocupação a cerca da construção desses ambientes e também com o modo como esses vão se estruturar, levando em consideração os mobiliários que deles farão parte, pois é um processo que exige muita dedicação, porque esse deve ser um ambiente pensado para a fase infantil levando em conta suas fases de desenvolvimento.

O Proinfância também conta com projetos arquitetônicos para que as creches possam ser construídas, seguindo seus padrões de exigência e adequação, onde destacam tamanho do local onde será construída a instituição, e qual será sua capacidade de atuação.

De acordo com o site do FNDE o Proinfância também possui o monitoramento de obras que é realizado pelo CGIMP (Coordenação Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais) que é ligado a Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais – DIGAP, que tem como objetivo monitorar as obras que recebem recursos do FNDE, bem como a construção de creches e escolas do programa

Proinfância. São inseridas no SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle), as informações como, o cronograma de execução da obra, os relatórios de vistoria da mesma, documentos que ficam sob responsabilidade dos técnicos que analisam o andamento das mesmas e fazem relatórios, inserem fotos, para que assim seja confirmado o percentual de execução da obra, assim se não for suficiente é feito uma visita ao local, que é realizada pela empresa contratada quando não solucionado a CGIMP envia seus próprios técnicos, caso sejam identificadas anormalidades elas são repassadas aos estados e aos municípios, junto com as alterações que devem ser realizadas, caso esse processo não seja cumprido o município ou estado podem não receber o repasse do FNDE, onde as contas podem não ser aprovadas.

Esse projeto ainda possui algumas legislações que o norteiam, e destacam as mudanças corridas em algumas resoluções e leis, e também como cada uma se caracteriza e como elas foram surgindo ao longo dos anos, de acordo com o FNDE podemos compreender que essas resoluções começaram a surgir desde 2005 e suas ultimas alterações ocorreram no ano de 2014.

A legislação mais recente que podemos destacar referente ao Proinfância de acordo com o FNDE e a portaria nº 110, de 10 de Março de 2014 que estabelece a competência do FNDE para analisar e aprovar os projetos técnicos de engenharia, como também avaliar e aprovar os projetos arquitetônicos próprios apresentados pelos municípios, estados e Distrito Federal, considerando a competência do FNDE para elaborar e divulgar manual de orientações técnicas referentes à construção, ampliação e reforma de unidades escolares e execução de serviços de engenharia.

Com relação a isto podemos destacar que o Proinfância se caracteriza enquanto um programa colaborativo, que busca ajudar os municípios na construção de espaços que atendam a educação infantil, como foi visto sua colaboração acontece através de recursos financeiros, o que para o município é de grande ajuda, mais essa ajuda financeira só acontece até o momento em que a obra está pronta para uso, a partir daí o município assume a responsabilidade com essa manutenção e prestação de serviços.

Com isso percebemos que é um programa que possui seus entraves, pois é meta do município ampliar o número de vagas para essa população e também direito da criança esse atendimento em instituições de educação infantil. O município recebe esse apoio

inicial, mais que ainda não é suficiente para suprir a demanda existente, pois as vagas de fato são ampliadas com essas obras, mais elas precisam ser mantidas em funcionamento e isso demanda a contratação de pessoas qualificadas para trabalhar nos espaços, como a aquisição de materiais não duráveis, entre outras despesas com é o caso da alimentação. Ou seja, é um recurso positivo, mais que precisa de adequações para que possa contribuir mais com relação a essa manutenção posterior. O que se faz relevante essa aproximação tanto com o programa, quanto com os administradores, para que assim possamos compreender essas relações que surgem quanto à documentação, recursos, análises de projetos, entre outras questões, e para isso se faz necessário o uso de procedimentos metodológicos, pois é através deles que definimos nossos passos quanto a realização do trabalho.

## **CAPÍTULO 4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Na análise dos dados destacamos os aspectos mais relevantes com relação à implementação do Proinfância, apontando assim de acordo com os pontos em destaque na fala dos administradores as dificuldades, os pontos positivos e negativos, como também os meios utilizados por eles para contornar os obstáculos que surgem durante esse processo de implementação do programa.

### **4.1 - Dominialidade dos Terrenos como uma das dificuldades para o processo de implementação**

A questão documental é um dos fatores que pesam com relação à adesão ao Proinfância, pois para que o município passe a fazer parte desse programa é necessário que a prefeitura tenha posse do espaço do qual pretende construir, o que exige do mesmo a dominialidade do terreno, que deve possuir escritura para que seja anexada ao termo de adesão no site do programa pertencente ao FNDE.

A partir das entrevistas realizadas buscamos em nosso segundo questionamento compreender quais as principais dificuldades que se apresentaram durante esse processo de implementação do Proinfância no município. Com isso através das repostas dos administradores podemos notar que a questão mais recorrente está relacionada à documentação exigida para que o município possa fazer a adesão e iniciar as obras.

Diante de tal exigência os municípios tem que disponibilizar a escritura do terreno registrado em cartório, comprovando assim que de fato a propriedade é sua, o que muitas vezes não é algo fácil de ser resolvido e como existem prazos para que toda a documentação seja enviada, isso causa uma certa correria por parte dos envolvidos para conseguir dar conta desse processo de aquisição de documentos. Pois como tratam os Administradores, 1, 2 e 3 isso se apresenta como uma das dificuldades no decorrer do processo:

“a questão da própria dominialidade do espaço físico, para a construção daquilo que o Proinfância destina o recurso, porque tem determinadas localidades onde é necessário construção de creches, mas o município não tem o domínio do terreno, tem que ter tudo legalizado, isso também é um entrave” (ADMINISTRADOR, 1).

“a dominialidade que é justamente o registro civil e cartório de que aquele terreno é do município, então assim apesar de ter áreas eles não tinham esse documento de escritura pública e isso foi uma dificuldade em todos os momentos” (ADMINISTRADOR, 2).

“Caruaru é um local muito íngreme não tem muito terreno plano, então nos locais onde tinha maior demanda eram os locais de maior dificuldade de achar terreno e quando nos achávamos o terreno aquele terreno tem que ter dominialidade, tem que ser do município e a gente tem um prazo, um pequeno prazo” (ADMINISTRADOR, 3).

Esse aspecto é um ponto que se sobressai na fala de três entre os cinco administradores, o que nos faz pensar que de fato é um aspecto que perpassa a maioria dos envolvidos permitindo que esse seja um ponto de preocupação, pois mesmo quando a adesão do terreno é aceita, mesmo que seja por meio de declaração eles continuam com a questão de um prazo para que tudo seja regularizado conforme as exigências do programa. Essa questão da dominialidade fica clara quando observamos as orientações do manual para reformulação de obras, onde o mesmo possui as especificações de como deve ocorrer esse processo com relação à documentação, quando destaca que:

Deverá ser apresentado para aprovação o Documento de Propriedade do Imóvel (digitalizado) em nome do município que deve estar compatível com o desenho apresentado nas plantas

técnicas (mesma dimensão, endereço, confrontantes e etc.). Alternativamente ao documento de propriedade poderá ser apresentada a Declaração de Dominialidade do terreno onde o chefe do executivo se comprometendo a obter o registro até a prestação de contas da obra. (BRASIL, 2015, p. 5-6).

Ou seja, essa documentação exigida é uma forma de assegurar ao município aquele espaço que será construído, pois sabemos que existem muitas instituições que funcionam em anexos e espaços que não pertencem ao município o que demanda ainda mais despesas com adequação desses espaços. Portanto para que o Proinfância invista em construções de creches e pré-escolas é necessário que exista essa comprovação documental referente à posse desses terrenos, onde as obras podem ser iniciadas através do uso de declaração, mais que devem posteriormente ser substituídas pelos documentos originais.

#### **4.2 – Ausência de Terrenos adequados para a construção das creches uma das dificuldades para o processo de implementação**

A questão de espaço para obras do Proinfância é uma questão que merece destaque, pois sabemos que o programa possui dimensões específicas para esses terrenos que pretendem adquirir obras do mesmo, o que exige por parte da gestão municipal em alguns casos adequações para esses espaços que vão desde a limpeza do local até o trabalho com terraplanagem.

Podemos observar esse aspecto que se sobressai na fala de dois dos administradores, que mencionam as dificuldades de encontrar locais planos e que atendam as exigências do Proinfância. Na maioria das vezes as localidades que mais necessitam são justamente aquelas que possuem terrenos mais desnivelados, e que não são aceitos pelo programa, quando isso acontece ou se muda de terreno, ou é desenvolvido o trabalho de terraplanagem, onde fica a cargo da prefeitura esse processo, o programa não disponibiliza recursos para essas atividade, apenas para a obra em si. Podemos destacar isso na fala dos Administradores, 1 e 2:

“tem que ter um padrão e o município tem que arca com toda a adequação caso o terreno não seja adequado”  
(ADMINISTRADOR, 1).

”teve que fazer mudanças nos terrenos porque os terrenos demandavam grande valor de infraestrutura, de aterro, de corte, então assim foi orientado pelo prefeito fazer uma mudança de terrenos pra terrenos mais planos, onde demandasse menos despesas” (ADMINISTRADOR, 2 ).

Então, percebesse que esse padrão exigido pelo programa muitas vezes dificulta esse processo de encontrar os locais para a construção, pois não é fácil em nossa localidade encontrar terrenos planos que se encaixem nos padrões exigidos, e esses existem, mais fora das localidade que mais precisam receber essas creches que são as áreas mais populosas. Levando em consideração essas exigências quanto às características do terreno, o manual para a reformulação de obras apresenta que:

“As características do relevo do terreno destinado à construção da nova escola de educação infantil devem satisfazer às exigências técnicas possibilitando uma construção economicamente viável. Para a execução da obra o terreno deve estar plano, sendo que o proponente é o responsável pelas intervenções de terraplanagem e contenções necessárias” (BRASIL, 2015, p. 12).

Ou seja, fica claro que as exigências quanto aos aspectos dos terrenos devem ser levadas a risca, o que dificulta um pouco o trabalho da gestão para encontrar áreas que atendam a essas especificidades, pois as áreas que possuem maior demanda são as que se localizam em lugares que não possuem terrenos com essas características, o que exige do município o serviço de adequação desses espaços através da terraplanagem.

#### **4.3 – O Projeto Padrão do Proinfância como uma das dificuldades para o processo de implementação**

Sabemos que o Proinfância é um programa padrão do FNDE, é seus projetos também possuem um padrão, o que em alguns casos apresenta dificuldades, porque as localidades se diferenciam e nem sempre os projetos que o mesmo possui atendem as demandas de todos os municípios. Então em alguns casos são necessárias alterações e isso tornasse um entrave nesse processo de implementação.

Na fala de um dos administradores percebesse que a questão do Programa ser padrão de inicio dificultou a sua execução, pois muitos municípios não entenderam como o mesmo funcionava e acabaram não seguindo as exigências do mesmo, o que tornou esse

processo de implementação um pouco complexo, porque era um projeto novo desconhecido que possuía verba, só que ela já tinha destino certo é os municípios de primeiro momento não entendiam bem esse processo. Isso fica claro na fala do Administrador, 2 quando destaca que:

“o projeto vem padrão e a gente tem que construir de acordo com esse projeto, então os municípios no primeiro momento também não entenderam esse formato e usaram o dinheiro do FNDE pra fazer implantação, então assim houve um certo vamos dizer, sei lá, um desentendimento ou uma falta de entendimento de como era o processo, mais na verdade não chegou a prejudicar porque a gente vai conseguir concluir as obras que foram pactuadas, algumas foram reformuladas recentemente” (ADMINISTRADOR, 2 ).

Ou seja, a dificuldade mais aparente era de fato compreender como se configurava o programa e como ele deveria ser executado, para que assim pudessem perceber onde era possível realizar mudanças, pois mesmo o Proinfância sendo um projeto padrão que vem totalmente planejado, são necessárias mudanças para atender as necessidades de cada localidade, porque são localidades diferenciadas, o que exige da equipe interação e comunicação para que as mudanças sejam feitas da melhor maneira possível e possam ser aprovadas pela coordenação do programa. Pois como trata o manual de assistência financeira, onde destaca que:

“O FNDE disponibilizará projetos executivos padronizados, divulgados no site da Autarquia, com número de salas de aula pré-definido para cada modalidade de ensino, cabendo ao proponente adaptar o modelo ao terreno selecionado. Os terrenos deverão apresentar superfície plana e com cota de nível superior ao nível da rua de acesso principal, possibilitando acessibilidade ao portador de necessidades especiais”, (2009, p.5).

Ou seja, é explícito que os projetos se configuram como padrão e que os municípios é que tem que se adaptar a ele, e isso até é possível com relação às dimensões dos espaços físicos, após a adequação dos terrenos. Mais existem situações que são necessárias modificações, como, por exemplo, construções com determinado tipo de janela que não se adéqua a realidade de algumas regiões, então essa padronizações que

tem suas contribuições positivas, como também negativas, já que para que sejam feitas alterações é um processo lento e burocrático até que as mesmas sejam aprovadas.

#### **4.4 – Os Projetos padronizados dificultam a implementação do Proinfância nos municípios**

Como estamos percebendo no decorrer deste trabalho o Proinfância é um programa do governo federal que se destina a colaborar com a construção de creches e pré-escolas, espaços estes que se destinam ao público infantil. O mesmo possui muitas instruções e manuais para sua execução, como também projetos das obras, ou seja, plantas pré-definidas, que seguem o padrão do programa, e que nem sempre se adequa ou atende as necessidades da população, o que acaba dificultando esse processo de implementação.

Pelo fato dele ser um programa padrão e não flexível nesse aspecto, pois o mesmo possui desde plantas com dimensões de terrenos para o qual deve ser aplicado o projeto e espaços devidamente planejados, até o manual descritivo de mobiliários que proporciona conhecer especificamente como se caracteriza cada item que vai compor o espaço em questão. Então como é um projeto padrão ele não leva em consideração os diferentes contextos que temos em nosso país, independente de onde ele vá se efetivar essas questões teriam que ser levadas em consideração, o que causa uma dificuldade em lidar com um projeto inflexível, e onde os responsáveis por meio de solicitações buscam fazer essas alterações, o que nem sempre é possível. Isso fica visível na fala do Administrador, 4 onde diz que:

“E que às vezes a gente tem uma necessidade que aí o projeto às vezes não contempla, e fica naquele impasse posso bota aqui não posso bota aqui, e aí não tem essa flexibilidade como ele vem com aquela já estrutura ali, ele já vem muito bem amarradinho todo organizadozinho” (ADMINISTRADOR, 4).

Portanto, se esse programa fosse mais flexível com relação à adequação de projetos a realidade seria mais fácil, pois não necessitaria toda essa espera, e passar por um processo de análise para que as modificações sejam aprovadas ou não. Pois como trata o manual de projetos quando aborda sobre a necessidade de se levar em conta a diversidade de contextos existentes em nosso país, quando destaca que:

“A reflexão sobre as necessidades de desenvolvimento da criança (físico, psicológico, intelectual e social) demanda de planejamento e envolve estudos que levam em consideração as grandes diversidades existentes do nosso país que além das características ambientais, condições geográficas e climáticas, deve levar em conta também a densidade demográfica, recursos socioeconômicos e contexto cultural das regiões a fim de formular os espaços/lugares destinados à Educação Infantil sempre pensando em aliar a adequação dos ambientes internos e externos – arranjo espacial, volumetria, materiais, cores e texturas – com as práticas pedagógicas, a cultura, o desenvolvimento infantil, envolvendo o conceito de ambientes inclusivos” (BRASIL, 2008, p. 4).

Ou seja, é importante considerar essas questões na elaboração dos projetos, pois as regiões se diferenciam bastante, o que não impede que sejam feitas alterações, mais isso demanda muito tempo e não é um processo simples que acontece de um dia para o outro, exige dos envolvidos prestação de contas e justificativas sobre as alterações, e essas ainda tem que passar por análise para que sejam ou não atendidas.

#### **4.5 – Participação do Programa como uma estratégia de captação de recursos financeiros**

Os recursos disponíveis para os investimentos nas políticas públicas sociais de maneira geral fazem parte de um dos grandes problemas para a materialização da mesma. No que se refere às políticas voltadas para educação infantil não é diferente. Existe um déficit de recursos para essa área e a maioria dos municípios não investem nesse segmento por falta de verbas.

O que nos permite perceber a partir das entrevistas realizadas com relação aos motivos que levaram a gestão municipal à adesão ao Proinfância, é que a questão mais pontual para esse processo é a captação de recursos financeiros advindos do governo federal, pois este se apresenta como impulso para a construção de ambientes destinados ao atendimento do público infantil com ênfase nas crianças de 0 a 6 anos, que recebem esses serviços em creches e pré-escolas. Observamos que quatro entre os cinco administradores destacam o aporte financeiro como ponto de incentivo a adesão. Podemos destacar esse aspecto na fala do Administrador, 2, 3 e 4 onde mencionam que:

“e um projeto nacional, onde tinha financiamento pra creches escolas e quadras e todos os municípios foram estimulados a

aderir a esse programa, já que o dinheiro vinha do governo federal era um dinheiro certo e os municípios também só tinham que cumprir a execução de obras que também já tinha um modelo de projeto padrão” (ADMINISTRADOR, 2).

“qual o município que não quer receber esse apoio financeiro para construir né, ampliar vagas, porque assim a educação infantil e creche ela e obrigatoriedade para o município o estado não tem a menor obrigação” (ADMINISTRADOR, 3).

“o que eu acho realmente que levou o município a aderir ao proinfância foi realmente essa captação de recursos, porque ai vem esse recurso e facilita as construções” (ADMINISTRADOR, 4).

Como pode ser visto na fala dos administradores a colaboração financeira é de maior importância para que essa ação venha a se efetivar de fato. Como sabemos a prestação de serviços à educação infantil é responsabilidade apenas do município, o que gera ainda maior interesse em participar, pois independente do programa esse atendimento ele tem que acontecer, e quando surge o Proinfância que trás em sua estrutura além dos recursos financeiros, projetos prontos para serem aplicados, o mesmo tornasse de fundamental importância para os municípios. Podemos destacar essa questão financeira na fala de Gomes (2011), quando especifica as áreas de atuação dos municípios, Estado, entes federados e União que acabam ficando ligados ao processo da oferta de educação através desses recursos financeiros, onde a mesma menciona que:

A educação infantil figura na Constituição Brasileira de 1988 (art. 208, IV) como um dever do Estado, direito de toda criança e opção da família. Os Municípios são os responsáveis legais pela oferta dessa etapa, em regime de colaboração com Estados e a União. O Distrito Federal acumula as competências relativas a Estados e Municípios na área educacional. A autonomia dos entes federados e o regime de colaboração são dois princípios do sistema federativo brasileiro. Na distribuição de competências, cabe à União prestar assistência técnica e financeira para garantir a equalização de oportunidades e padrão mínimo de qualidade, além de formular uma política nacional, articular ações, estabelecer diretrizes gerais, coletar e disseminar informações educacionais e fomentar a pesquisa. Aos Municípios cabe implantar políticas locais, executar programas e ações, autorizar e fiscalizar o funcionamento de estabelecimentos de seu sistema de ensino, oferecer formação continuada, entre outros. Os Estados também prestam assistência técnica e financeira aos Municípios (GOMES, 2011, p. 4).

Ou seja, essa captação de recurso acontece através de diversas esferas o que exige desses órgãos uma sintonia, para que as ações possam se concretizar e as verbas possam ser repassadas de maneira adequada, proporcionando assim a elaboração e aplicação de projetos como o Proinfância que busca contribuir tanto com a questão financeira, como estrutural das instituições de educação infantil.

A gestão municipal deve se preocupar apenas com os meios para que o mesmo se efetive providenciado espaço adequados e mão de obra qualificada, mais a questão financeira não é uma preocupação nesse momento, pois esse é um aspecto de responsabilidade do programa, o município só vai se preocupar com essas questões quando a instituição estiver em funcionamento, onde fica a cargo da mesma essa manutenção dos serviços, e da contratação de pessoas qualificadas para trabalhar nesses espaços. O que gera certa preocupação por parte dos administradores, pois a colaboração financeira na fase de construção e aquisição de materiais é muito importante, mais a manutenção desses espaços é o que vai pesar sobre o município, pois o mesmo tem que ampliar seu número de instituições e consecutivamente de vagas como também manter as novas creches e pré-escolas, e as que já estavam em funcionamento, então percebesse que existe uma falta, ou uma insuficiência de recursos, para essa questão.

#### **4.6 - Participação do Programa como uma forma de resolver a demanda reprimida**

Quando falamos sobre educação infantil no momento atual, um dos principais pontos que surgem é a questão da demanda que existe para esse público, que chega a apresentar até filas de espera por vagas em creches e pré-escolas, o que nos remete a pensar que ações para essa área são cada vez mais necessárias, o que é perceptível que os municípios sozinhos não estão conseguindo arcar com essa responsabilidade.

Pois levando em consideração o estudo de Gomes (2011), quando destaca a questão das creches e de seu processo de ampliação percebemos que esse ainda é um processo que está se constituindo, e que ainda a muito para avançar, pois a mesma menciona que:

“A ampliação, com qualidade, da oferta de vagas em creches públicas é um dos desafios dos próximos anos para a educação pública brasileira, haja vista que a cobertura desta etapa para a

população de até três anos de idade era de apenas 17%, em 2007, com variação significativa entre as faixas de distribuição de renda. A oferta limitada de creches é um problema nacional, presente em todas as unidades da federação em maior ou menor escala” (GOMES, 2011,p. 3).

Ou seja, com a presença desses índices é perceptível que os avanços para a área são de extrema necessidade, pois uma parte mínima da população tinha acesso a esses serviços em 2007, ano em que foi criando o Proinfância, onde esses serviços são de grande necessidade para a maioria das famílias pela falta de condições para deixar seus filhos em outros locais, como as instituições privadas por exemplo. Então essa ampliação que buscasse fazer por parte do Proinfância ela é mais que necessária para essa população principalmente para aquelas mulheres que tem jornada dupla, onde tem que cuidar da família e ainda trabalhar fora. Mais quando se pode contar com serviços de creches e pré-escolas de maneira que estes tenham ambientes de qualidade, organizados e planejados para a infância e também vagas para essas crianças, isso é importante para a sociedade, esse avanços educacionais, mesmo conscientes que ainda há muito a avançar.

Considerando que essa implantação aconteça de forma exitosa, será possível atender em maior escala a demanda reprimida que o município apresenta, pois essa é uma questão de bastante resalva na fala dos administradores, quando tratam sobre essa questão apontando que o município apresenta fila de espera para vagas em creches e pré-escolas, percebe-se que esse atendimento que é feito ainda precisa avançar, e com a aquisição de programas dessa natureza essa possibilidade de ampliação de vagas se torna cada vez mais concreta, pois como menciona o Administrador 1, quando trata sobre o Proinfância :

“então o nosso município tem uma demanda reprimida bastante significativa e isso vem a atender a essa demanda reprimida, temos muitos alunos principalmente ainda alunos fora da escola e na questão da idade de 0 a 3 anos o nosso atendimento é muito pequeno então por isso que o Proinfância vem somar” (ADMINISTRADOR, 1).

Ou seja, a partir desse suporte que o programa proporciona é possível trabalhar de forma mais rápida para concretizar essa ampliação de vagas, através da construção de um

maior número de espaços destinados à educação infantil, pois com cita o Administrador 3: “Caruaru que tem sido um município que tem crescido muito é difícil para o município poder construir assim, tantas creches”. Percebesse que essa parceria é importante, porque o município não fica tão sobrecarregado com a responsabilidade de construção apenas para si, mas esse processo é amenizado quando a construção dos espaços fica a cargo de outras instâncias que não são apenas as municipais.

Pois como trata Gomes, (2011) essa assistência advindas dos programas permite essa ampliação das vagas em instituições públicas, o que consecutivamente contribui para a diminuição da demanda reprimida que a maioria dos municípios possuem, pois sua colaboração financeira é muito bem vinda, para que assim possam ampliar de forma mais rápida seus espaços de atendimento a educação infantil, e destacando sobre as contribuições advindas dessas novas políticas, como também do programa, a mesma menciona que:

Como contribuição ao desenvolvimento desse tema na agenda de políticas públicas, sugerimos a elaboração de um conjunto de ações destinadas a fortalecer a Educação Infantil, com investimentos em infra-estrutura, equipamentos e materiais didáticos, qualificação de pessoal, acompanhamento médico e nutricional, entre outras ações cabíveis. Mais especificamente, são feitas algumas observações visando ao aperfeiçoamento do Programa Nacional de Reestruturação e Aproveitamento da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) (GOMES, p. 13).

Ou seja, projetos tipo o Proinfância que apresentam essa estrutura de colaboração em finanças, equipamentos entre outros aspectos que o tornam relevantes para os municípios. Pois mesmo apresentando alguns entraves com relação a documentos e processos que são necessários para a adesão às dificuldades são consideradas mínimas perto dos benefícios financeiros referentes à construção, segundo os administradores. Com isso também levando em consideração os aspectos demográficos, sociais e econômicos podemos destacar as creches e pré-escolas como pontos que merecem atenção por parte das instâncias governamentais, pois é possível identificar que no Brasil:

A educação infantil é vista como a primeira etapa da educação básica, subdividindo-se em creches (para a população de 0 a 3 anos) e pré-escola (para a população de

4 a 5 anos). Ademais, os fatores que influenciam a demanda por pré-escola também influenciam na organização das creches, pois grande parte das instituições atende à população de até 5 anos (GOMES, 2011, p. 5).

Ou seja, quando existe a demanda por creche essa demanda também se apresenta para a pré-escola, pois como é perceptível muitas dessas instituições prestam essa assistência educativa até que a criança termine a pré-escola, o que demanda que o município tenha estrutura para atender as duas modalidades, e assim possa atender a toda esse demanda reprimida existente. Compreendesse que apenas o Proinfância não será suficiente para mudar essa realidade, e esses recursos que o mesmo proporciona são validos, mais ainda precisam melhorar principalmente com relação às manutenções posteriores. Sendo assim, os municípios terão que ir se adequando as suas novas responsabilidades com relação à educação infantil.

#### **4.7 – O Proinfância enquanto uma possibilidade de ampliação de vagas por parte do município**

A ampliação de vagas é um ponto de extrema importância relacionados à educação, pois as demandas são cada vez maiores, pela fato da sociedade ter passado por momentos de transformações, onde as mulheres intensificaram sua atuação no mercado de trabalho, o que consecutivamente aumentou a procura por instituições como as creches e pré-escolas, que prestam esse serviço de cuidar e educar, onde as crianças iniciam sua aprendizagem em espaços assim, através da socialização e brincadeiras proporcionadas nestes ambientes.

O Proinfância é um colaborador importante nessa ampliação de vagas, pois o mesmo é o responsável pela construção dos espaços consecutivamente quando se constrói o número de vagas aumenta nas instituições, e isso é relevante, pois colabora com o atendimento da enorme demanda que o município apresenta, podemos observar isso na fala dos Administradores 3 e 5 quando destacam que:

“Então é uma ajuda imensa do FNDE para a implantação pra o município poder atender essa demanda e a lei porque é uma demanda muito grande qual é o município que não quer” (ADMINISTRADOR, 3).

“Bom positivo é a questão de ter um equipamento como este, como um CMEI, como uma creche, uma escola não tem coisa melhor a ampliação de vagas, pois nos temos hoje uma lista de espera bem grande” (ADMINISTRADOR, 5).

Com isso fica visível que a ampliação de vagas é hoje a maior demanda do município com relação à educação infantil, pois mesmo com escolas e creches que já prestam esse serviço ainda existem muitas filas de espera para os espaços que já estão em funcionamento, como também nos espaços que estão em fase de conclusão. Mais levando em consideração as orientações para a elaboração de projetos e centros de educação infantil quando trata que: “O objetivo do programa PROINFÂNCIA é promover o atendimento à clientela de 0 meses a 06 anos que utiliza instalações físicas precárias ou ofertar novas vagas, por meio da construção de unidades escolares”(BRASIL, 2009,p.2). Ou seja, percebe-se que a ampliação de vagas é apenas uma consequência positiva dos resultados que são esperados a partir dessa implementação.

#### **4.8 – O Proinfância como um programa voltado para Educação Infantil com abrangência nacional**

O Proinfância que surgiu em 2007, e vem se ampliando ao longo dos anos, se caracteriza enquanto um programa nacional que se destina a todo o território brasileiro, buscando através do mesmo ampliar o número de vagas destinadas a educação infantil e colaborar com os municípios nessa prestação de serviços, já que essa modalidade de ensino é responsabilidade deles.

Observando os aspectos referentes ao contexto do Proinfância, buscamos através de um de nossos questionamentos identificar pontos positivos e negativos presentes no programa. Os administradores se posicionam e destacam como pontos positivos o fato do programa ser de instância Federal e com isso se destinar ao atendimento infantil, como podemos destacar isso na fala do Administrador, 1 quando menciona:

“É positivo, o município ter um suporte do governo federal em atender a educação infantil isso é inegável, porque também o Proinfância além da questão estrutural física ele ainda dá um aporte na questão da formação dos profissionais que atuam na educação infantil” (ADMINISTRADOR, 1).

Já que não existem muitos projetos voltados para esse público, depois que essa modalidade de ensino passou a fazer parte das ações municipais foi que esse contexto ganhou mais visibilidade, principalmente nos próprios municípios, isso não ocorria já que essa oferta de ensino era responsabilidade do Estado. Podemos destacar essa questão da necessidade de ações que colaborassem com essa ampliação do ensino infantil, quando nos remetemos ao manual de projetos que trata sobre essa questão, onde aborda que:

“A necessidade de criação de tal programa pauta-se na evidente precariedade da rede pública de ensino infantil existente nos municípios brasileiros, alta vulnerabilidade social e populacional constatados. Mesmo consciente da competência municipal pelo oferecimento da educação infantil gratuita como primeira etapa da educação básica, o Governo Federal resolve pela implementação do programa PROINFÂNCIA com vistas a alavancar o combate à escassez e precariedade da infra-estrutura escolar referente ao ensino infantil nos municípios brasileiros e promover a correção progressiva da disparidade de acesso a este nível de ensino”( BRASIL, 2008,p. 3).

Ou seja, o programa surge com o objetivo de contribuir com o oferecimento do ensino infantil pelos municípios, pois como o mesmo era responsabilidade do Estado os municípios ainda não estavam totalmente preparados para atender essa demanda, e até hoje ainda estão em processo de expansão, porque a procura por tais serviços é muito grande o que exige cada vez mais ações, programas e projetos para a área. O que nos leva a perceber observando a fala do administrador, é que além todo esse suporte estrutural que ele busca oferecer o programa ainda destina um momento para que os profissionais possa se familiarizar com o público com o qual irão trabalhar, isso ocorre através da promoção de capacitações.

#### **4.9 – O Proinfância apresenta limitações em relação à manutenção das creches**

Percebesse que a construção de espaços, e a ampliação de vagas para as instituições de educação infantil ganham destaque na fala dos administradores, como também as questões financeiras que permeiam esse processo. Onde podemos observar que esses recursos ainda são insuficientes quanto aos aspectos relacionados à manutenção posterior desses espaços, pois a partir do momento que a obra é entregue, à prefeitura tornasse a única responsável pelo manutenção dessas instituições.

Considerando os aspectos que são negativos ou que precisam de mudanças, podemos destacar essa questão da insuficiência de recursos para a manutenção das creches e pré-escolas, pois como foi abordado nas questões o programa já colabora com a construção de creches e pré-escolas e aquisição de equipamentos, mas a manutenção fica a cargo da prefeitura que deve arcar com os custos de pessoas para trabalhar no ambiente, material de uso não durável e tudo mais que se apresentar nesse espaço depois que ele for entregue, então isso causa uma certa preocupação, pois esse atendimento tem que ser feito, porque está na lei que ele é obrigatoriedade do município e o mesmo tem que proporcionar esse serviço. Podemos destacar esse aspecto na fala de três dos administradores que apontam isso como algo negativo, onde fica evidente quando mencionam que:

“como negativo eu vejo que apesar de tudo, desse esforço da união em atender as necessidades dos municípios, mais ainda é insuficiente pra o atendimento pleno pra manutenção” (ADMINISTRADOR, 1).

“mais o que se pode pensar no futuro é como o município vai manter essas creches, mais isso ai de qualquer forma ele vai ter que atender a lei, ele vai ter que ter as creches e agora com a nova lei que as crianças de 4 anos tem a obrigatoriedade de está na escola e mais do que nunca ele vai ter que fazer centros de educação municipal” (ADMINISTRADOR, 3).

“a gente vai ter que equipar, vai ter que ter pessoal é a contra partida do município são dificuldades que tem que ter” (ADMINISTRADOR, 5).

Ou seja, são dificuldades que independente de contextos vão aparecer, porque esse será um campo de atuação do município e ele terá que encontrar meios para concretizar essas ações de forma contínua, e cada vez em maior escala, pois a tendência é a ampliação do número de creches e pré-escolas. Pois como podemos destacar no manual de assistência financeira “Os recursos do FNDE são direcionados aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos para atendimento de projetos no âmbito da educação básica” (2009, p.2). Ou seja, esses recursos advindos dos programas são direcionados para aplicações específicas, e quase nunca se destinam a manutenção dos espaços como é o caso do Proinfância, a não ser que sejam verbas específicas para manutenção dos espaços e serviços relacionados à educação. Mais com

relação ao Proinfância essa responsabilidade se direciona ao município que deve arcar com essas despesas e ampliar seu campo de atuação.

#### **4.10 – O Proinfância apresenta limitações no processo de análise dos projetos apresentados pelo municípios**

O Proinfância por ser um programa amplo, possui em sua estrutura equipes que atuam em diversos setores para manter um bom funcionamento do projeto, mais como nem tudo sai como planejado, e o mesmo possui projetos padrões e que na maioria das vezes necessitam de alterações, é preciso que essas mudanças sejam aprovadas e para isso acontecer elas passam por análises, e esse processo nem sempre é rápido.

Pois quando ocorre à adesão ao programa e o município disponibiliza toda a documentação, o que necessita um acompanhamento das obras ai esse processo tem que ser acompanhado por uma equipe do FNDE, mais o grande problema e que não são equipes únicas e nem as mesmas pessoas que fazem isso, o que ocasiona alguns problemas e demora nas aprovações, porque vem uma modificação e quando é reenviado ai já é outra pessoa que fica responsável e solicita novas alterações o que demanda muito tempo pra que tudo seja resolvido, como destaca o Administrador, 2 em sua fala:

“no meu caso e isso se a gente tivesse uma pessoa que sempre atendesse aquele município talvez tivesse uma continuidade nas conversas, mais não, cada vez que um analisa, por exemplo, eu estive em Brasília dia 29 enquanto eu estava conversando com os coordenadores e eles estavam levando o nosso pleito de mudança de projeto pra duas obras pra o presidente do FNDE aprovar ao mesmo tempo tinham uma analista analisando e indeferindo o nosso pedido e assim no dia seguinte era indeferido então assim criou um choque, um deferiu e o outro indeferiu, então é claro que esse indeferiu só vai se justificar quando anular aquele primeiro deferimento e assim pra você vê como é descontinuo assim o processo”(ADMINSTRADOR, 2).

Ou seja, o programa demanda tempo para que se efetive na prática, pois existem muitos tramites até que ele venha sair do papel e esteja em pleno funcionamento, pois como já sabemos esse é um programa a nível nacional e não possui apenas um ou dois municípios vinculados a ele, mais sim um programa que busca atender o maior número de municípios possível buscando assim colaborar com a prestação de serviços a educação infantil. Com isso é necessário à formação de uma equipe empenhada e que busque

contornar esses obstáculos, pois como trata Vieira é importante à: “implementação de uma coordenação efetiva e atuante dos órgãos da União, estados, Distrito Federal e municípios, com a ampliação, apoio e otimização dos processos de organização, gestão e universalização gradativa dessa etapa da educação básica” (VIEIRA, 2010,p. 813). Ou seja, é necessário que haja essa sintonia entre os órgãos para que os processos possam fluir com relação aos avanços de tramitações de projetos, documentação, licitação entre outras questões que venham surgir, para que assim o programa possa se expandir.

#### **4.11 – As articulações com outras instituições como forma de resolver os problemas de implementação do Proinfância**

O estabelecimento de parcerias e articulações é uma questão importante quando se trabalha com programas, com o Proinfância isso não é diferente, pois o mesmo se estabelece a partir de órgãos governamentais e necessita de uma equipe que defina suas formas de funcionamento, que estabeleça padrões de relacionamento com os municípios para que haja o acompanhamento das obras, e se aparecerem dificuldades essas possam ser superadas mediante a colaboração desses envolvidos.

Para compreender como o programa vem se estruturado, também se faz relevante identificar as ações que foram realizadas para superar essas dificuldades. A partir das entrevistas, em nosso terceiro questionamento buscamos identificar essas ações, onde é pontuado pelos administradores que para superar as dificuldades que se apresentaram é necessário o estabelecimento de parcerias e articulações com os órgãos envolvidos e com os diversos setores que dele fazem parte. Podemos destacar isso na fala dos Administradores 1 e 2 quando ressaltam que:

“então a superação dessas dificuldades tem sido através das articulações a gente conseguiu fazer algumas parcerias inclusive até com outras instituições, a exemplo do instituto federal o IFPE a gente conseguiu a doação de um terreno através do IFPE, o terreno que tem um padrão necessário que está tudo dentro das conformidades” (ADMINISTRADOR, 1).

“As dificuldades que existem elas são corriqueiras elas são de rotina, mais a gente consegue através de um telefone de um email em fim, ai você vai resolvendo” (ADMINISTRADOR, 2).

Percebesse que através da comunicação e desse processo de troca de informações a maioria desses problemas são resolvidos, mas algo que ajudaria ainda mais nesse processo seria se houvesse um grupo de pessoas envolvidos em cada projeto, pois não existe por parte dos analistas essa continuidade no processo de análise, o que causa uma descontinuidade, pois o projeto fica indo e voltando muitas vezes até que se consiga chegar a uma aprovação. Mais, já houveram avanços com relação as articulações que se estabelecem através do programa, e isso fica claro quando Gomes, destaca que já foram criados convênios que colaboram com a implementação e ampliação do Proinfância, onde a mesma menciona que:

“Em 2007, o Proinfância investiu R\$337,47 milhões na construção de 507 escolas. Em 2008, foram R\$214,4 milhões investidos em 312 escolas. Em 2009, o FNDE celebrou convênios para a construção de 700 creches; em 2010, novos convênios para a construção de 628 escolas de educação infantil. Para 2011, a previsão é de investir na edificação de 1.500 escolas, no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Estima-se um gasto médio de R\$800 mil em cada projeto” (GOMES, 2011,p. 18).

Ou seja, é perceptível que nos aspectos financeiros os avanços já começaram a ocorrer, o que permite à ampliação do campo de atuação do programa e com isso a expansão dos espaços de atendimento a educação infantil. Claro que isso não resolve todos os problemas referentes a ele, mais já representam modificações que devem ser consideradas.

#### **4.12 – Contratação de pessoas especializadas como forma de resolver os problemas de implementação do Proinfância**

Quando se implementa um programa com as características do Proinfância, isso não ocorre de uma hora para outra, e como eles possuem um planejamento são criados critérios para que as ações possam ser controladas mesmo a distância, já que o mesmo é um projeto padrão a nível nacional, ou seja, que se estende a todo o Brasil, se faz necessário esse controle, com o estabelecimento de prazos, para que os municípios possam participar, o que exige de muitos municípios a contratação de pessoas qualificadas para a realização desse trabalho em tempo viável.

Isso fica explícito na fala dos administradores, quando tratam sobre a superação dessas dificuldades e relatam que a superação de muitas delas acontece através da contratação de pessoas qualificadas para colaborar com a resolução da documentação necessária para que fosse possível participar do Proinfância, pois o mesmo quando abre o sistema para que os municípios disponibilizem a documentação possui um prazo para que tudo seja anexado, e como são muitos documentos para que fosse possível que tudo saísse no prazo foram contratadas algumas pessoas. Como também o engenheiro para que a documentação da parte estrutural fosse feita. Isso fica aparente na fala do Administrador 3 quando menciona que:

“a contratação de novos engenheiros, no tempo foi contratada uma equipe pra poder inserir a tempo a documentação teve que contratar, porque era muita coisa ao mesmo tempo pra inserir você tem que ir na obra tem que ter o topógrafo pra colocar lá no sistema tem que ter tudo pra colocar lá, são exigidos vários documentos de cada obra, então teve que ser contratado uma equipe pra fazer isso resolver essa documentação” (ADMINISTRADOR, 3).

Com isso podemos notar que essas alterações foram o que tornaram viável essa adesão, pois através desse processo foi possível atender a tempo as exigências estabelecidas pelo programa. Levando em consideração esses aspectos é perceptível no manual de reformulações de obras, a importância da gestão está cercada por uma equipe bem estruturada que colabore de forma efetiva com as demandas propostas, onde podemos destacar a partir do mesmo que:

“O Gestor Público Estadual/Municipal deve-se cercar de profissionais capacitados para salvaguardá-lo dos fatos tempestivos que podem decorrer de um inadequado procedimento licitatório ou falhas na fiscalização resultando em restrições e inconformidades” (BRASIL, 2014,p. 6).

Ou seja, a equipe que participa da implementação e execução desses projetos deve ter clareza de sua responsabilidade, em termos de atuação, resolução de problemas e superação de qualquer tipo de obstáculo que venham a interferir nas metas e prazos dos mesmos, onde fica a cargo desses realizar as ações necessárias para que tudo possa vir a se concretizar da melhor maneira possível.

Para essa superação também houveram trocas de terrenos, para locais mais planos que demandassem menos mão de obra, e que pudessem está aptas a construção o mais rápido possível. Pois como destaca o manual para reformulações de obras, ( BRASIL, 2015, p. 8) onde trata que: “Durante a análise por parte do FNDE se for verificado que o novo terreno não cumpre as exigências, será solicitada a correção ou complementação da documentação ou em caso de inviabilidade detectada a apresentação de um terceiro terreno”. Ou seja, os terrenos para construção devem está tanto com a documentação exigida em dias, quanto com as adequações necessárias de acordo com os projetos propostos pelo programa.

#### **4.13 – O Proinfância como um programa que contribui financeiramente para a educação infantil do município**

Quando se trata de educação infantil, percebemos que é uma área que vem ganhando destaque nas discussões atuais, e se ampliando quanto a seu acesso, onde passou a ser uma obrigatoriedade essa prestação de serviços. Mais para que esses objetivos se concretizem é necessário que sejam feitos investimentos voltados para a área como a construção de creches e pré-escolas, onde o Proinfância surge enquanto programa que colabora com essa ampliação garantindo recursos financeiros para a construção desses espaços.

O aporte financeiro também é citado como ponto positivo na fala de dois dos administradores, quando destacam que sem esse montante não seria possível que as obras se realizassem na dimensão com a qual acontecem, pois são construções amplas e devidamente planejadas para proporcionar o máximo de conforto as crianças que vão frequentar tais espaços, levando em consideração esse aspecto podemos destacar a fala dos Administradores 2 e 4 quando mencionam que:

“Essa questão do financiamento mesmo, porque se você fosse esperar essa quantidade de obras acontecendo à partir do dinheiro próprio seria impossível, porque os municípios normalmente não têm, então quando vem assim de fora fica mais fácil com a adesão”(ADMINISTRADOR, 2).

“e que também contribui com o município, essa questão de verba, dessa captação desse recurso” (ADMINISTRADOR, 4).

A questão financeira é um ponto forte na fala dos envolvidos, pois é através dela que é possível a realização dessas construções, é um apoio que já vem garantido assim que a adesão é feita e a obra é selecionada com tipo de terreno e a documentação está tudo em dias, aí começa a ser liberada a verba de forma gradual, conforme forem sendo realizadas etapas. Podemos destacar essa importância financeira na fala de Flores e Melo quando mencionam que:

“essa iniciativa deu importante impulso para o início do funcionamento das novas unidades do Proinfância, reduzindo o período de investimento exclusivo dos municípios. O custo necessário para a manutenção de um estabelecimento de educação coletiva de crianças pequenas é bastante significativo, haja vista os insumos necessários para sua manutenção” (FLORES, MELO, p. 12).

Ou seja, os gastos relativos à construção ficam a cargo do programa, já que os municípios terão que arcar com as despesas de funcionamento e manutenção dos espaços. Os projetos em sua maioria são considerados positivos, por possuírem estrutura ampla e serem totalmente pensadas para crianças de creches e educação infantil, o que torna ainda mais proveitoso essa parceria com os municípios, pois os mesmos devem ampliar suas ofertas para essa modalidade de ensino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo aqui desenvolvido referente ao processo de implementação do Proinfância no município de Caruaru, é possível identificar como se caracterizou essa implementação do programa no município e como este é entendido enquanto uma política pública para específica para educação infantil.

Em primeiro momento destaca-se a questão da criança, considerando seus aspectos históricos, quanto ao sentimento de infância, e questões que foram surgindo ao longo do tempo, como os aspectos relacionados ao cuidar e o educar das mesmas, como também o surgimento de espaços que prestavam atendimento em contexto infantil, e suas modificações até os dias atuais.

Em segundo momento foi possível compreender como se caracteriza o Proinfância, através de seus objetivos, propostas, projetos, e também a partir da contribuição dos administradores, que destacam a partir de suas vivências como ocorre esse processo de implementação, destacando suas rotinas, dificuldades e entraves que surgem durante esse processo, e as maneiras com as quais se organizam para que elas possam ser superadas, e os projetos possam se concretizar.

Em um terceiro momento destaca-se as políticas públicas e seus avanços históricos, o modo como elas passam a ser vistas, a importância que passam a adquirir no meio social, e a forma como se concretizam através de parcerias entre os órgãos responsáveis. Pois, ganham destaque em estudos onde passam a ser pesquisadas, as formas de implementação e execução dessas políticas, e também ampliam seu campo de atuação nos meios educacionais através dessas colaborações em forma de projetos como o Proinfância.

Relativamente a isso podemos observar que além das reformulações e das resoluções e leis o Proinfância vem buscando ampliar o seu campo de atuação através de projetos que atendam as especificidades da população e principalmente ao público infantil, fazendo análises dos espaços e das demandas que a sociedade apresenta. Portanto, vem se tornando uma política de atuação de grande relevância para os municípios que dele fazem parte, pois este trás em seu contexto muitas colaborações

positivas, por apresentar todo o passo a passo de como deve ocorrer o processo de implementação e execução, e também colabora com aqueles municípios que não contam com tantos recursos para elaboração de projetos, e como ele já possui uma estrutura padrão isso é visto como positivo, porque a preocupação fica apenas em torno da aplicação e conclusão do mesmo.

O programa também apresenta dificuldades, ou entraves, que devem ser contornados durante o processo como, por exemplo, a questão da documentação que para os municípios tornasse uma correria para que possam encontrar terrenos que se adéquem as exigências do mesmo. Principalmente pelo fato que as áreas que mais necessitam de creches não possuem terrenos planos como e exigido pelo Proinfância o que demanda do município adequações ou modificações de espaços para que possam vir a ser contemplados posteriormente com seus benefícios. Outro ponto que merece destaque são as análises dos projetos, pois demoram muito para serem concluídos o que impede o início das obras e a população é quem mais perde nesse processo, pois fica sem receber esse serviço.

Considerando ainda que o Proinfância é um projeto padrão de nível nacional, o que o torna único para todo o Brasil, isso tem suas contribuições positivas e negativas. Positivas, pois aqueles municípios que não possuem engenheiros nem equipes que possam estruturar um projeto, podem fazer parte dele já que o mesmo possui estrutura com plantas, manuais e tudo que deve ser feito para a implementação de uma creche ou pré-escola com colaboração do Proinfância. Mais deixa a desejar quando esse padrão não se encaixa na diversidade que é o nosso país, pois um projeto que se aplica na região nordeste não pode ser o mesmo que se aplica a região sul, o que exige nesse momento modificações por parte dos envolvidos na parte estrutural, como é o caso da equipe de engenheiros, que realizam esse processo e enviam para aprovação o que acaba demandando tempo e muito trabalho até que tudo esteja resolvido.

Contudo considero o Proinfância enquanto uma política positiva, pois entra com todo aporte financeira o que já é grande contribuição para o município, que tem obrigação de prestar essa assistência à educação infantil, e o programa mesmo apresentando alguns entraves, esses podem ser contornados e com isso as mudanças podem ir se tornando mais flexíveis. Percebe-se que são feitas modificações, são instituídas resoluções que buscam

essa melhoria dos aspectos presentes no Proinfância para que assim ele venha a colaborar ainda mais, e de forma mais ágio, pois são muitas as contribuições que instituições como estas prestam a população, principalmente a classe trabalhadora que necessita de locais adequados para que seus filhos possam ser cuidados e orientados com segurança, qualidade, e empenho e assim possam se desenvolver plenamente enquanto seres em construção que são.

Claro que existem dificuldades, em relação ao Proinfância não é diferente, é um programa que tem sua importância na contribuição da ampliação do número de creches e pré-escolas, mais nem sempre esse processo é simples, existem problemas com documentação, modificações, e até com as equipes que ganham licitação para a execução da obra, pois podem acontecer atrasos, a obra pode ser paralisada se as etapas não forem cumpridas corretamente, o dinheiro pode não ser liberado, já que essa liberação ocorre de acordo com o percentual de conclusão progressiva da obra. Ou seja, são diversas situações que se apresentam diante desse processo de implementação e execução do programa.

Levando em consideração as análises realizadas nesse trabalho os administradores tratam o programa como positivo, principalmente pelo seu aporte financeiro e sua colaboração na ampliação do número de vagas para educação infantil. Mesmo esse apresentando dificuldades em alguns momentos de sua aplicação, suas contribuições de acordo com os administradores são mais positivas que negativas, e essas são situações que podem ser superadas quando se tem uma equipe que trabalha em conjunto, e que busca as melhores soluções para a resolução desses problemas.

Por fim, através da realização deste trabalho é possível identificar e caracterizar algumas ações do Proinfância, pois assim é feito um diagnóstico de como o programa se estrutura abordando as questões que estão dando certo, e o que pode melhorar, pois através dessa constatação podem ser pensadas ações que viabilizem a melhorias de questões como o processo de análise, o financiamento para a educação infantil, como também os padrões estabelecidos pelo programa, por exemplo, o que se apresentam como dificuldades, então a realização deste trabalho nos permite apontar em colaboração com os administradores essas questões que possam futuramente ser melhoradas. Através de ações desenvolvidas pelo Estado que mudem essa postura de execução do programa, ou caso os municípios venham a ter mais autonomia diante de seus projetos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas, SP, ED. Papirus, 1998. Série Prática Pedagógica.

ARAÚJO, Alexandre Viana. **Políticas Públicas, Juventude e Educação: O programa nacional de inclusão de jovens na perspectiva dos atores envolvidos**. Recife 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretária de Educação Básica. --- Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Orientação **Para Elaboração de Projetos de Centros de Educação Infantil**. Brasília, 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/ Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículo e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI,2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações sobre como inserir informações no Simec Módulo E.I Manutenção Resoluções** CD/FNDE: nº 15, de 16/05/2013 nº16. De 16/05/2013 nº 17, de 16/05/2013 nº23, de 10/06/2013 (altera a nº 17, de 16/05/2013) 2013 Brasília/ DF.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE. Coordenação Geral de Infra-estrutura- CGEST. **Manual de Projetos**, outubro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual Descritivo Para Aquisição de Mobiliário: Implantação da Escola de Ensino Infantil (tipo B e C)**, Março de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Roteiro Para Reformulação de Obras Metodologia Inovadora Para Metodologia Convencional** / Brasília /DF, maio de 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Orientações ao Gestor Público na execução de obras de infraestrutura para educação básica**. Metodologia Construtiva Convencional. Brasília-DF, janeiro/ 2014.

Brasil. Ministério da Educação. **Manual de Assistência Financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE**. Outubro, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proinfância e Quadras Esportivas Escolares. Construção de Creches, Quadras Esportivas Cobertas e Cobertura de Quadras**. Brasília-DF, Março de 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente** / Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 96 p. – (Série E. Legislação de Saúde).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil : pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília : MEC, SEB, 2006. 32 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASI. **Fundo Nacional Desenvolvimento Desenvolvimento da Educação- FNDE/ Proinfância**. Acesso em: <http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia>

CASTRO, Jorge Abrahão de. BARRETO, Ângela Rabelo. **Financiamento da Educação Infantil: Desafios e Cenários Para a Ampliação do Plano Nacional de Educação**. Brasília, julho de 2003.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade/** Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (Organizadora) Petrópolis RJ: Editora Vozes, 1994.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. SILVA, Lilian Lopes Martins da. **Culturas Infantis em Creches e pré-escolas**. nº da Edição 1ª edição, 2011).

FLORES, Maria Luiza Rodrigues. MELLO, Débora Teixeira de. **Ampliação do Acesso à Educação Infantil via Proinfância: Análises de uma Política Pública em Colaboração**. Acesso em 11 de Janeiro de 2016. <http://www.anpae.org.br/>

GOMES, Ana Valeska Amaral. Educação Infantil: Por que mais creches? Julho/ 2011

GUIMARÃES, José Luiz. PINTO, José Marcelino Rezende. **A Demanda pela Educação Infantil e os Recursos Disponíveis para o seu Financiamento**. Em Aberto, Brasília, V.18, n 74. p. 92-105, dez 2001.

HOCHMAN, Gilberto (org.) **Políticas Públicas no Brasil**. / organizado por Gilberto Hochman, Marta Arretche e Eduardo Marques. – Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ, 2007 398p., tab., Graf.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce** / Sonia Kramer. -9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. Biblioteca da educação – Série 1 – Escola; v.3)

KRAMER, Sonia. LEITE, Maria Isabela. et al. Nunes. **Infância e Educação Infantil**. – Campinas, SP: 1999. - (Coleção Práticas Pedagógica).

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa** / Gilberto de Andrade Martins. – 2.ed. – 2. Reimpr.- São Paulo : Atlas , 2008.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**/ Zilma Ramos de Oliveira. ---- 3. Ed.---- São Paulo: Cortez, 2007. --- (Coleção Docência em Formação).

Oliveira, Eliana de; Ens, Romilda Teodora; Freire Andrade, Daniela B. S.; Mussis, Carlo Ralph de **Análise de Conteúdo e Pesquisa na Área da Educação** Revista Diálogo Educacional, vol. 4, núm. 9, mayo-agosto, 2003, pp. 1-17 Pontifícia Universidade Católica do Paraná Paraná, Brasil.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. DUARTE, Adriana. **Políticas Públicas e Educação: regulação e conhecimento/** organização Adriana Duarte, Dalila Andrade Oliveira. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico-prática/** Elisabete Matallo Marchesini de Pádua. -10ª ed. rev. e atual. – Campinas, SP: Papyrus, 2004. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

STEPHANOU, Luis. **Guia para elaboração de projetos sociais /** Luis Stephanou; Lúcia Helena Müller; Isabel Cristina de Moura Carvalho – São Leopoldo, RS: Sinodal, Porto Alegre/RS: Fundação Luterana de Diaconia, 2003. 96p.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. **A educação infantil e o plano nacional de educação: as propostas da CONAE 2010.** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 809-831, jul.-set. 2010 809 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>